



JUAZEIRO DO NORTE – CE
MAIO DE 2019



INSTRUMENTO ORIENTADOR PARA ELABORAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFCA

ORGANIZAÇÃO
COORDENADORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO –
CEG/PROGRAD
NÚCLEO DE APOIO PEDAGÓGICO –
NAP/PROGRAD



Equipe Técnica de Organização deste Instrumento

Cícera Maria Mamede Santos	Pedagoga - NAP/PROGRAD
Plácido Francisco de Assis Andrade	Pró-Reitor de Graduação/PROGRAD
Rodolfo Jakov Saraiva Lôbo	Coordenador - CEG/PROGRAD
Demétrius Barbosa Cartaxo	Coordenador - CGDA/PROGRAD
Erivan Cândido Flor	Assistente em Administração/CEG/PROGRAD
Ivanildo Lopes da Silva	Assistente em Administração/CEG/PROGRAD
Caroline Vieira Gonçalves	Procurador Institucional/PI/PROGRAD
Antonio Batista de Lima Filho	Pedagogo - NAP/PROGRAD

A exatidão das informações e os conceitos e opiniões emitidos são de responsabilidade dos autores.

ESTA PUBLICAÇÃO NÃO PODE SER VENDIDA.

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.

Edição nº 01/2019

PUBLICADA EM 2019

Sumário

Apresentação	3
PARTE 1 - PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO (PPC)	5
PARTE 2 – FLUXOGRAMA PARA NOVO PPC E ATUALIZAÇÃO DE PPC's	5
PARTE 3 – MATRIZ CURRICULAR E SEUS CONSTITUINTES	5
3.1. Estrutura Curricular	5
3.2. Componentes Curriculares	7
PARTE 4 - ESTRUTURAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO	7
1. CAPA	9
2. FOLHA DE ROSTO	9
3. SUMÁRIO	10
4. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DO CURSO	10
4.1. Identificação da Instituição - contextualização da IES	10
4.2. Identificação do Curso.....	10
4.3. Apresentação	13
5. FUNDAMENTOS	13
5.1. Fundamentação Legal	13
5.2. Princípios Norteadores.....	13
6. ASPECTOS HISTÓRICOS E JUSTIFICATIVA	13
6.1. Histórico do Curso	13
6.2. Contexto educacional que justifica a criação/continuidade do curso	13
7. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	14
7.1. Política de ensino	14
7.2. Política de pesquisa.....	14
7.3. Política de extensão	14
7.4. Política de cultura.....	14
8. PROPÓSITOS DO CURSO E ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	14
8.1. Objetivos do curso.....	14
8.2. Perfil profissional do egresso	15
8.3. Competências e habilidades.....	15
8.4. Áreas de atuação do futuro profissional e aspectos legislativos da profissão.....	15
8.5. Metodologias de ensino-aprendizagem	15
8.6. Tecnologias de informação e comunicação (TIC) nos processos de ensino-aprendizagem	15
8.7. Ensino a distância (EaD)	15
8.7.1 Ambiente virtual de aprendizagem (AVA)	16
8.7.2 Atividades de tutoria.....	16
8.7.3. Material didático	16
8.8. Organização curricular.....	16
8.9. Representação Gráfica de um Perfil em Formação (fluxograma)	20
8.10. Ementário e bibliografia.....	21
8.11. Estágio curricular supervisionado	24
8.12. Atividades práticas de ensino (licenciaturas)	24
8.13. Atividades práticas de ensino para áreas da saúde	24
8.14. Atividades complementares.....	25
8.15. Trabalho de conclusão de curso (TCC).....	25
9. AÇÕES DE ATENÇÃO AO DISCENTE E ATIVIDADES ENRIQUECEDORAS DA FORMAÇÃO	25
9.1. Programas de apoio ao discente	25
9.2. Ações de inclusão	26
9.3. Ações para o ENADE	26
9.4. Atividades enriquecedoras da formação discente	26
10. GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO	26
10.1. Coordenação e processos de avaliação interna e externa (IACG).	26
10.2. Colegiado	26
10.3. Núcleo Docente Estruturante (NDE).....	26
10.3.1. Acompanhamento e avaliação do PPC.....	27

10.4. Integração com as redes públicas de ensino – para as Licenciaturas	27
10.5. Integração do curso com o sistema local e regional de saúde/SUS (obrigatório para os cursos da área da saúde que contemplam, nas DCN e/ou no PPC, a integração com o sistema local e regional de saúde/SUS).....	27
11. AÇÕES DE AVALIAÇÃO	27
11.1. Avaliação dos processos de ensino-aprendizagem.....	27
11.2. Autoavaliação do curso	27
12. ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS (opcional)	28
12.1. Ações Desenvolvidas para o efetivo acompanhamento dos egressos do curso	28
13. INFRAESTRUTURA E RECURSOS HUMANOS	28
13.1. Salas de aula.....	28
13.2. Laboratórios	28
13.3. Bibliotecas	28
13.4. Corpo docente atuante no curso.....	28
13.5. Formação continuada dos docentes	28
13.6. Corpo técnico-administrativo atuante no curso	28
13.7. Formação continuada dos técnicos-administrativos (TAES)	28
14. PLANEJAMENTO DA TRANSIÇÃO CURRICULAR (para cursos existentes)	29
15. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29
16. APÊNDICES	29
17. ANEXOS	29
18. ORIENTAÇÕES LEGAIS	29
GLOSSÁRIO	30

Ilustrações

Figura 1 - Estruturação do Projeto Pedagógico de Curso - PPC	8
Figura 2 - Modelo de Capa – PPC	9
Figura 3 - Modelo de Folha de Rosto – PPC.....	9
Figura 4 - Modelo de Sumário – PPC.....	10

Tabelas

Tabela 1 – Dados da IES.....	10
Tabela 2 – Dados do Curso (1)	10
Tabela 3 – Dados do Curso (2)	11
Tabela 4 – Dados do Curso (3)	11
Tabela 5 – Observações Cargas Horárias Nos PPCs.....	12
Tabela 6 – Exemplo de Estrutura Curricular de um Curso da UFCA	18
Tabela 7 – Exemplo de Resumo dos Componentes Curriculares (1).....	20
Tabela 8 – Exemplo de Resumo dos Componentes Curriculares (2).....	20
Tabela 9 – Exemplo de Representação Gráfica de um Perfil em Formação (fluxograma)	20
Tabela 10 – Exemplo de Ementário e bibliografia	21

Quadros

Quadro 1 – Exemplo de Resumo – Carga Horária Semestral do Curso	19
Quadro 2 – Exemplo de Distribuição de Conteúdos Básicos Essenciais do Currículo, por Áreas e grupamentos	22
Quadro 3 – Exemplo de Distribuição de Conteúdos pré-profissionalizantes essenciais do currículo, por áreas e agrupamentos	23
Quadro 4 – Exemplo de Distribuição de Conteúdos profissionalizantes essenciais, por áreas e agrupamentos	23
Quadro 5 – Legislação e observações à elaboração do PPC.....	29

Registros:

. Conclusão da 1ª Edição: 02/05/2019.

Apresentação

A UFCA, criada a partir da desvinculação institucional da UFC, através da Lei 12.826, de 05 de junho de 2013, tornou-se independente em termos institucionais, pedagógicos e financeiros. Por meio de Termos de Cooperação com a UFCA esta parceria culmina com a aprovação de três importantes documentos que passam a reger a UFCA, de forma autônoma: O PDI (2016-2020), ao qual integra o PPI – Projeto Pedagógico Institucional; o Regulamento dos Cursos de Graduação da UFCA, aprovado pela Resolução nº 4/CONSUNP de 13 de janeiro de 2017 e, por último, o Estatuto próprio da UFCA, aprovado pelo CONSUNI e MEC e publicado no dia 16 de novembro de 2018, no Diário Oficial da União (DOU) pela portaria número 82, de 14 de novembro de 2018.

Desta forma, apresentamos a primeira edição do ***Instrumento Orientador para elaboração e atualização de Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFCA***, sob a organização da Coordenadoria de Ensino de Graduação - CEG/PROGRAD e do Núcleo de Apoio Pedagógico - NAP/PROGRAD. O presente instrumento tem como intencionalidade principal, ser um elemento norteador à toda comunidade acadêmica junto ao complexo trabalho de elaboração do Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

Este documento-base busca orientar à criação e/ou ajuste de um PPC, de forma organizada, auxiliando os proponentes no significativo processo político-pedagógico que objetiva, sobretudo, ofertar ao estudante uma trajetória formativa efetiva e que atenda aos anseios educacionais e sociais a que se se predispõem seus proponentes e equipes dos cursos.

O ***Instrumento Orientador para elaboração e atualização de Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFCA*** tem como base o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UFCA, principal instrumento de planejamento acadêmico e componente central do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI UFCA 2020). O PPI da UFCA, enquanto elemento da dimensão política do PDI, cumpre o papel de fornecer uma base filosófica, epistemológica e pedagógica para as visões e concepções de educação superior assumidas pela UFCA, no desenvolvimento de seu papel social.

Um dos marcos importantes à definição do presente documento é o Regulamento dos Cursos de Graduação da UFCA, o qual, em seu art. 9º define o principal foco deste trabalho, o ***Projeto Pedagógico de Curso – PPC***, como sendo o planejamento estrutural e funcional de um curso, dentro do qual são tratados, além de outros aspectos imprescindíveis à sua realização, temática própria que infere a este a sua importância no planejamento e desenvolvimento didático-pedagógico. Prevê que o Projeto Pedagógico é passível de ajustes, parcial ou total, sempre que a dinâmica da formação proposta pelo curso assim o exigir, devendo o ajuste ser aprovado pelas instâncias competentes.

Junto ao presente instrumento, como elemento de orientação aos proponentes de novos cursos e aos já ativos, é importante citar as orientações basilares do MEC. Essas conferem aos processos de criações e/ou alterações dos PPC's não somente com relação à UFCA, mas de forma geral em todo o país, pontos circunstanciais que são aferidos pelo MEC quando do reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação, não significando que as dimensões avaliadas deverão estar contidas no PPC em sua forma mais completa, refletindo em avaliação máxima. Reportamo-nos ao instrumento IACG como uma dinâmica de disposições de pontos importantes que passarão, em dado momento, ao crivo do MEC/INEP. Visa-se orientar os cursos a uma busca de máxima aproximação à pontuação nas dimensões, respeitadas as diversas variáveis, condicionantes e limitações dos cursos em suas propostas. Referimo-nos aqui ao ***Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação, Presencial e a Distância (IACG 2017)***, que trata do reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação. O IACG afirma que as políticas

públicas educacionais da educação superior são direcionadas pelo princípio constitucional da garantia de **padrão de qualidade**, previsto no art. 206, inciso VII da Constituição Federal de 1988. Fundamenta-se a partir do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Portanto, citamos o IAGC do MEC também como basilar a este Instrumento da UFCA, como forma de fortalecer o caráter do acompanhamento por parte dos Cursos de Graduação, por meio de suas instâncias colegiadas e pelo apoio de seus NDE's (Núcleo Docente Estruturante), à formulação de propostas (novas ou ajustes) de PPC's, condizentes com os avanços tecnológicos, modalidades, metodologias educacionais e concepções de novos perfis de egressos que se aproximem ao máximo ao que é requerido pela sociedade, de forma que os cursos estejam sempre buscando padrões de melhorias adequados ao perfil do estudante que a UFCA quer formar à sociedade; ao mundo do trabalho.

O instrumento aqui apresentado, como é próprio de sua concepção, também é passível de ajustes e melhorias, sendo que tais aprimoramentos dar-se-ão com edições futuras e com as participações dos interlocutores que o construíram de forma coletiva assim como participativa e outros que venham a participar dessa ação.

Esperamos que nos PPC's da UFCA, conforme apregoa o seu PDI, sejam contempladas as dimensões social, cultural, ambiental, econômica e política-institucional, de maneira que estas devam ser percebidas e trabalhadas em conjunto, de modo a estimular e efetivar as potencialidades do território em que a UFCA está inserida, com foco na formação cidadã, proativa e atual do estudante que busca a UFCA em sua trajetória formativa.

Equipe do Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) e da Coordenação de Ensino de Graduação (CEG) da UFCA.

PARTE 1 - PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO (PPC)

Conforme o Regulamento dos Cursos de Graduação da UFCA, (2017, p. 11), o Projeto Pedagógico de Curso - PPC é o planejamento estrutural e funcional de um curso, dentro do qual são tratados, além de outros aspectos imprescindíveis à sua realização, os seguintes temas:

I - o contexto, a justificativa, os objetivos e os compromissos éticos e sociais do curso;

II - a legislação pertinente;

III - o perfil do egresso;

IV - as competências e as habilidades a serem desenvolvidas;

V - a estrutura curricular, destacando os conteúdos curriculares, os componentes curriculares e a descrição, quando couber, do trabalho de conclusão de curso, do estágio e das atividades complementares;

VI - a metodologia a ser adotada para a execução da proposta;

VII - a infraestrutura e os recursos humanos necessários;

VIII - a sistemática da avaliação do ensino-aprendizagem; e

IX - os mecanismos de avaliação do projeto pedagógico.

Na elaboração do projeto pedagógico, devem ser consideradas as Diretrizes Curriculares Nacionais e os parâmetros definidos por este Regulamento e demais normas da instituição e do MEC. O projeto pedagógico deve explicitar a inclusão da pesquisa e/ou da extensão e/ou da cultura no curso.

O PPC é condição indispensável à criação, estruturação e funcionamento do curso de graduação. A aprovação do Projeto Pedagógico (PPC) de um novo curso de graduação é feita pela Unidade Acadêmica a qual se vinculará o novo curso, pela Câmara Acadêmica e pelo Conselho Universitário, o qual deliberará pela aprovação do curso. O Projeto Pedagógico é passível de ajustes, parcial ou total, sempre que a dinâmica da formação proposta pelo curso assim o exigir, devendo o ajuste ser aprovado pelo colegiado do curso, pela Unidade Acadêmica a qual se vincula o curso e pela Câmara Acadêmica, que decidirá sobre a necessidade de aprovação pelo pleno do Conselho Universitário.

PARTE 2 – FLUXOGRAMA PARA NOVO PPC E ATUALIZAÇÃO DE PPC'S

A criação e/ou atualização de um PPC se dá de forma oficial, atendendo aos aspectos formais de tramitação processual na UFCA. Para tais procedimentos é utilizado o SIPAC - Sistema Integrado de Gestão de Patrimônio, Administração e Contratos. Este sistema informatizado oferece operações fundamentais para a gestão das unidades da UFCA, dentre estas a PROGRAD e suas Coordenadorias.

O FLUXOGRAMA de tramitação de um PPC, desde sua concepção, análise, aprovação e entrada em vigor, passando pelas instâncias sociais, acadêmicas, técnico-pedagógicas, infraestruturais, administrativas e colegiados superiores da UFCA será objeto de instrumental específico a ser elaborado coletivamente, envolvendo as diversas áreas. Após sua elaboração e aprovação será colocado à disposição da comunidade acadêmica e sociedade.

A seguir elencamos alguns tipos de tramitações de PPC's, no âmbito da UFCA, aos quais poderão ser acrescidos outros no instrumental próprio a ser formulado.

- Abertura de novo curso (novo PPC);
- Atualização/alterações de PPC's ativos;
- Adituação aos PPC's;
- Extinção de Curso (PPC);
- Outros.

PARTE 3 – MATRIZ CURRICULAR E SEUS CONSTITUINTES

Matriz curricular é a unidade composta necessariamente por curso, com habilitação ou ênfase e turnos determinados, que gera o programa ou vínculo de cada aluno regular dentro de um curso. Cada matriz possui estruturas curriculares que lhe são próprias.

3.1. Estrutura Curricular

Estrutura Curricular refere-se a um conjunto de componentes curriculares que completa a formação designada por uma matriz curricular. O Conjunto das componentes curriculares, organizados sequencialmente e integrantes do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) aprovado pela Câmara Acadêmica,

define uma estrutura de formação. Sua estruturação deve obedecer a alguns princípios, tais como: flexibilização, formação generalista, interdisciplinaridade, acessibilidade pedagógica e atitudinal, articulação das atividades de pesquisa, ensino e extensão, equilíbrio entre as atividades teóricas e práticas e inovação nos métodos de ensino-aprendizagem. Uma estrutura curricular possui, obrigatoriamente, carga horária mínima e um número mínimo de componentes curriculares obrigatórios, os quais deverão ser integralizados pelo aluno, a fim de que possa receber o grau de formação: bacharelado, licenciatura ou tecnologia.

A integralização curricular é composta por componentes curriculares: obrigatórios, optativos, optativos-livres e complementares. Em algumas estruturas curriculares, faz-se necessário também o cumprimento do estágio e a elaboração de um trabalho de conclusão de curso (TCC). A soma da carga horária dos elementos que constituem a estrutura curricular corresponde à carga horária total mínima necessária para a obtenção do grau desejado. A Resolução CNE/CES nº 2/2007, de 18 de junho de 2007, determina a carga horária mínima dos bacharelados.

Para os Bacharelados, o somatório da carga horária total do Estágio com as Atividades Complementares corresponderá até 20% da carga horária total do curso, conforme Resolução CNE/CES nº 2/2007, 18 de junho de 2007, Artigo primeiro, parágrafo único, a saber:

Parágrafo único. Os estágios e atividades complementares dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, não deverão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações legais em contrário.

Já as licenciaturas observarão o que determina a Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, a saber:

Art. 9º Os cursos de formação inicial para os profissionais do magistério para a educação básica, em nível superior, compreendem:

- I - cursos de graduação de licenciatura;
- II - cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados;
- III - cursos de segunda licenciatura.

[...]

Art. 13. Os cursos de formação inicial de professores para a educação básica em nível superior, em cursos de licenciatura, organizados em áreas especializadas, por componente curricular ou por campo de conhecimento e/ou interdisciplinar, considerando-se a complexidade e multirreferencialidade dos estudos que os englobam, bem como a formação para o exercício integrado e indissociável da docência na educação básica, incluindo o ensino e a gestão educacional, e dos processos educativos escolares e não escolares, da produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e educacional, estruturam-se por meio da garantia de base comum nacional das orientações curriculares.

§ 1º Os cursos de que trata o caput terão, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, compreendendo:

- I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;
- II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;
- III - pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;
- IV - 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição.

Os cursos da área da saúde deverão seguir o que determina a Resolução CNE/CES nº 4/2009, Artigo primeiro, parágrafo único, a saber:

Parágrafo único. Os estágios e as atividades complementares dos cursos de graduação referidos no caput não deverão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações específicas contidas nas respectivas Diretrizes Curriculares.

Art. 2º, III - os limites de integralização dos cursos devem ser fixados com base na carga horária total, computada nos respectivos Projetos Pedagógicos do curso, observados os limites estabelecidos nos exercícios e cenários apresentados no Parecer CNE/CES nº 8/2007, da seguinte forma:

- a) Grupo de Carga Horária Mínima (CHM) de 2.400h: Limite mínimo para integralização de 3 (três) ou 4 (quatro) anos.
- b) Grupo de CHM de 2.700h: Limite mínimo para integralização de 3,5 (três e meio) ou 4 (quatro) anos.
- c) Grupo de CHM entre 3.000h e 3.200h: Limite mínimo para integralização de 4 (quatro) anos.
- d) Grupo de CHM entre 3.600h e 4.000h: Limite mínimo para integralização de 5 (cinco) anos.
- e) Grupo de CHM de 7.200h: Limite mínimo para integralização de 6 (seis) anos.

O curso de Medicina segue as orientações contidas na Resolução CNE/CES nº 3, de 20 de junho de 2014, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina e dá outras providências:

Art. 2º As DCN's do Curso de Graduação em Medicina estabelecem os princípios, os fundamentos e as finalidades da formação em Medicina.

Parágrafo único. O Curso de Graduação em Medicina tem carga horária mínima de 7.200 (sete mil e duzentas) horas e prazo mínimo de 6 (seis) anos para sua integralização.

Art. 3º O graduado em Medicina terá formação geral, humanista, crítica, reflexiva e ética, com capacidade para atuar nos diferentes níveis de atenção à saúde, com ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde, nos âmbitos individual e coletivo, com responsabilidade social e compromisso com a defesa da cidadania, da dignidade humana, da saúde integral do ser humano e tendo como transversalidade em sua prática, sempre, a determinação social do processo de saúde e doença.

3.2. Componentes Curriculares

Conforme o Regulamento dos Cursos de Graduação da UFCA, Art. 39, os componentes curriculares são as unidades de estruturação didático-pedagógica que compõem as estruturas curriculares. Os componentes curriculares são vinculados a uma Unidade Acadêmica, que é a responsável pelo seu oferecimento. De acordo com o Artigo 39, os componentes curriculares são dos seguintes tipos:

- I - disciplinas;
- II - disciplinas concentradas;
- III - módulos; ou
- IV - atividades acadêmicas.

PARTE 4 - ESTRUTURAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

Orientações gerais para formatação do PPC

- **Fonte:** Arial ou Times, tamanho: 12. Cor: padrão (preto)
- **Tipo de arquivo:** em formato .doc, .odt ou .rtf
- **Tipo de papel:** A4
- **Espaçamento entre linhas e parágrafos:** 1,5
- **Alinhamento:** justificado
- **Margens:** esquerda/superior: 3 cm e direita/inferior: 2 cm
- **Seguir as normas da ABNT vigente (para formatação de trabalhos acadêmicos).**

Obs: Não serão aceitos em nível de PROGRAD, PPC's em formato LATEX ou similar, tendo em vista a utilização e manuseio de materiais editáveis em várias etapas da análise e inserção no SIGAA e E-Mec. Sempre no envio às instâncias o proponente deve enviar conforme um dos tipos de arquivos (extensão) acima previstos e uma versão em PDF.

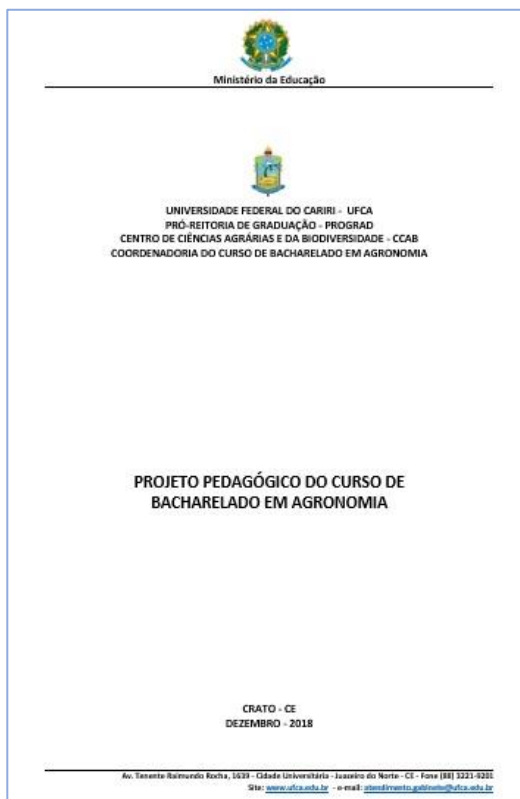
Figura 1 - Estruturação do Projeto Pedagógico de Curso - PPC

ESTRUTURAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO – PPC	
1. CAPA	8.14. Atividades complementares
2. FOLHA DE ROSTO	8.15. Trabalho de conclusão de curso (TCC)
3. SUMÁRIO	9. AÇÕES DE ATENÇÃO AO DISCENTE E ATIVIDADES ENRIQUECEDORAS DA FORMAÇÃO
4. INFORMAÇÕES GERAIS	9.1. Programas de apoio ao discente
4.1. Identificação da Instituição - contextualização da IES	9.2. Ações de Inclusão
4.2. Identificação do Curso	9.3. Ações para o ENADE
4.3. Apresentação	9.4. Atividades enriquecedoras da formação discente
5. FUNDAMENTOS	10. GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO
5.1. Fundamentação Legal	10.1. Coordenação e processos de avaliação Interna e externa (IACG).
5.2. Princípios Norteadores	10.2. Colegiado
6. ASPECTOS HISTÓRICOS E JUSTIFICATIVA	10.3. Núcleo Docente Estruturante (NDE)
6.1. Histórico do Curso	10.3.1. Acompanhamento e avaliação do PPC
6.2. Contexto educacional que justifica a criação/continuidade do curso	10.4. Integração com as redes públicas de ensino - para as Licenciaturas
7. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	10.5. Integração do curso com o sistema local e regional de saúde/SUS (obrigatório para os cursos da área da saúde que contemplam, nas DCN e/ou no PPC, a Integração com o sistema local e regional de saúde/SUS)
7.1. Política de ensino	11. AÇÕES DE AVALIAÇÃO
7.2. Política de pesquisa	11.1. Avaliação dos processos de ensino-aprendizagem
7.3. Política de extensão	11.2. Autoavaliação do curso
7.4. Política de cultura	12. ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS (opcional)
8. PROPÓSITOS DO CURSO E ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	12.1. Ações Desenvolvidas para o efetivo acompanhamento dos egressos do curso
8.1. Objetivos do curso	13. INFRAESTRUTURA E RECURSOS HUMANOS
8.2. Perfil profissional do egresso	13.1. Salas de aula
8.3. Competências e habilidades	13.2. Laboratórios
8.4. Áreas de atuação do futuro profissional e aspectos legislativos da profissão	13.3. Bibliotecas
8.5. Metodologias de ensino-aprendizagem	13.4. Corpo docente atuante no curso
8.6. Tecnologias de Informação e comunicação (TIC) nos processos de ensino-aprendizagem	13.5. Formação continuada dos docentes
8.7. Ensino a distância (EaD)	13.6. Corpo técnico-administrativo atuante no curso
8.7.1 Ambiente virtual de aprendizagem (AVA)	13.7. Formação continuada dos técnicos-administrativos (TAES)
8.7.2 Atividades de tutoria	14. PLANEJAMENTO DA TRANSIÇÃO CURRICULAR (para cursos existentes)
8.7.3. Material didático	14.1. Medidas de acompanhamento da implantação do projeto e da transição com o anterior
8.8. Organização curricular	15. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
8.9. Representação Gráfica de um Perfil em Formação (fluxograma)	16. APÊNDICES
8.10. Ementário e bibliografia	17. ANEXOS
8.11. Estágio curricular supervisionado	18. ORIENTAÇÕES LEGAIS
8.12. Atividades práticas de ensino (Licenciaturas)	
8.13. Atividades práticas de ensino para áreas da saúde	

Fonte: NAP – Núcleo de Apoio Pedagógico

1. CAPA

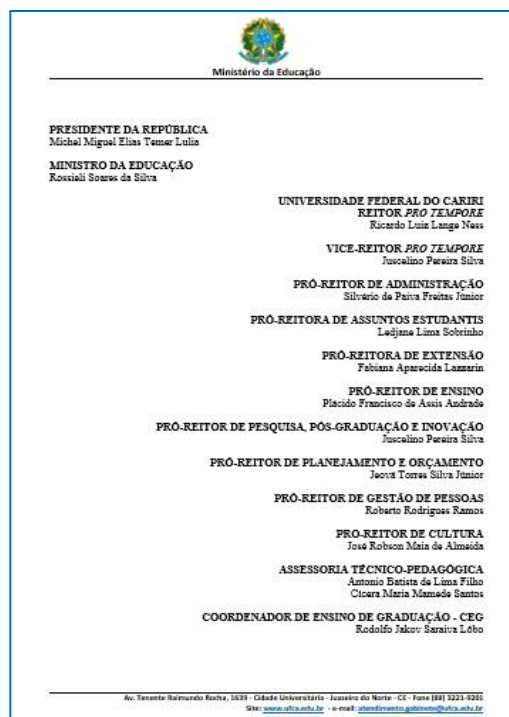
Figura 2 - Modelo de Capa - PPC



Fonte: NAP – Núcleo de Apoio Pedagógico

2. FOLHA DE ROSTO

Figura 3 - Modelo de Folha de Rosto - PPC



Fonte: NAP – Núcleo de Apoio Pedagógico

3. SUMÁRIO

Figura 4 - Modelo de Sumário - PPC

Sumário	
PARTE I - PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO (PPC)	2
PARTE II – MATRIZ CURRICULAR E SEUS CONSTITUINTES	3
2.1. Estrutura Curricular	3
2.2. Componentes Curriculares	3
2.3. Para abertura de novos cursos	3
PARTE III - ESTRUTURAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO	4
1. CAPA	4
2. FOLHA DE ROSTO	4
3. SUMÁRIO	4
4. INFORMAÇÕES GERAIS	4

Fonte: NAP – Núcleo de Apoio Pedagógico

4. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DO CURSO

4.1. Identificação da Instituição - contextualização da IES

Tabela 1 – Dados da IES

1. Universidade Federal do Cariri
2. Base legal da IES: (endereço, atos legais e data de publicação no D.O.U.)
3. Perfil, Missão, e Princípios Norteadores da IES
4. Breve histórico da IES - criação, trajetória, áreas oferecidas no âmbito da graduação: bacharelado, licenciatura e tecnólogo. E na Pós-graduação - <i>stricto sensu</i> e <i>lato sensu</i> , modalidades dos cursos, áreas de atuação. A Universidade enquanto instituição responsável pela produção de conhecimento para o desenvolvimento socioeconômico da Região do Cariri.

Obs: Estas informações podem ser obtidas nos documentos oficiais da UFCA.

Fonte: NAP – Núcleo de Apoio Pedagógico

4.2. Identificação do Curso

Para a fase de inserção dos dados do curso no SIGAA, são necessárias as tabelas preenchidas abaixo. Deste modo, são muito importantes para essa fase do PPC, sendo que todos os dados devem ser rigorosamente fornecidos pelo(a) proponente do PPC.

Tabela 2 – Dados do Curso (1)

DESCRIÇÃO	DADOS
CÓDIGO:	2018.1
MATRIZ CURRICULAR:	ENGENHARIA CIVIL - BACHARELADO
UNIDADE DE VINCULAÇÃO:	CCT
MUNICÍPIO DE FUNCIONAMENTO:	JUAZEIRO DO NORTE
PERÍODO LETIVO DE ENTRADA EM VIGOR:	2018.2

CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO:	3.888		
CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA:	3.424 TOTAL - (366 PRÁTICAS) / (3.088 TEÓRICAS) / (000EAD)		
CARGA HORÁRIA MÍNIMA:	OBRIGATÓRIA:	3.888	
	OPTATIVAS:	320	192 - OPTATIVAS 128 - OPTATIVAS-LIVRES
	COMPLEMENTAR:	144	
CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA ATIVIDADE ACADÊMICA ESPECÍFICA:	432 (CARGA HORÁRIA DE ESTÁGIO E TCC)		
PRAZOS PARA CONCLUSÃO EM PERÍODOS LETIVOS:	MÍNIMO	MÉDIO	MÁXIMO
	9	10	18
CARGA HORÁRIA POR PERÍODO LETIVO:	MÍNIMO	MÉDIO	MÁXIMO
	216	389	432

Fonte: NAP – Núcleo de Apoio Pedagógico

Tabela 3 – Dados do Curso (2)

DADOS DO CURSO	
Nome:	ENGENHARIA CIVIL
Código INEP:	99344
Grau Acadêmico:	BACHARELADO
Município de Andamento do Curso:	Juazeiro do Norte
Área do Curso:	Engenharias
Forma de Participação do Aluno:	Presencial
Turno:	Integral
Área de Conhecimento do Vestibular:	Tecnológica I
Natureza do Curso:	Graduação
Tipo de Oferta do Curso:	Regular
Tipo de Oferta de Disciplina:	Semestral
Tipo de Ciclo de Formação:	Um ciclo
Decreto de Criação:	Resolução nº 36/CONSUP - 26/10/2015
Possui Habilitação?	
Possui Ênfase?	
Convênio Acadêmico:	
Unidade Responsável:	Centro de Ciências e Tecnologia - TCC
Unidade Responsável 2:	
Unidade da Coordenação:	Coordenação do Curso de Engenharia Civil
Coordenador Pode Matricular Discente:	Sim
Ativo:	Sim

Fonte: NAP – Núcleo de Apoio Pedagógico

Tabela 4 – Dados do Curso (3)

DADOS DO CURSO	
Nome:	
Tipo de formação: Bacharelado em / Licenciatura em / Tecnólogo em:	
Endereço de funcionamento do Curso:	
Ano e semestre de início de funcionamento do curso	
Área do Curso:	
Carga horária total mínima do curso (em horas):	
Forma de Participação do Aluno:	
Turno:	
Periodicidade do Curso - semestral ou anual	
Área de Conhecimento:	
Natureza do Curso:	
Tipo de Oferta do Curso:	
Tipo de Oferta de Disciplina:	

Tipo de Ciclo de Formação:	
Modalidade de oferta do curso (presencial ou à distância)	
Número de vagas (pretendidas e autorizadas), por semestre ou por ano	
Tempo mínimo e máximo para integralização (respeitando os limites determinados pelo Regulamento da Graduação da UFCA, Art. 35)	
Decreto de Criação:	
Possui Habilitação?	
Possui Ênfase?	
Convênio Acadêmico:	
Unidade Responsável:	
Unidade da Coordenação:	
Coordenador Pode Matricular Discente:	
Ativo:	
Atos legais do curso (Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento do curso, quando existirem) e data da publicação no D.O.U	
Conceito Preliminar de Curso - CPC e Conceito de Curso - CC resultante da avaliação in loco quando houver	
Resultado do ENADE no último triênio, se houver	

Fonte: NAP – Núcleo de Apoio Pedagógico

Durante a fase de elaboração do PPC, nos quesitos que tratam da distribuição de cargas horárias, deve ser seguida o constante na tabela abaixo. Essa contabilização deve atender ao disposto no Regulamentos dos Cursos de Graduação da UFCA. Essa normativa deve ser consultada durante toda essa fase. Recomendamos utilizar o presente checklist.

Tabela 5 – Observações Cargas Horárias Nos PPCs

OBSERVAÇÕES CARGAS HORÁRIAS NOS PPC'S		PPC DE ACORDO		
Componentes curriculares na modalidade à distância	Ofertados até o máximo de 20% da carga horária total do curso.	Sim		Não
Carga horária mínima – de preferência não ultrapassar 20% da carga horária mínima definida nas DCN'S.	Se a carga horária total do curso ultrapassar 20% (vinte por cento) da carga horária mínima definida pelo CNE - apresentar uma justificativa a ser apreciada pela Câmara Acadêmica.	Sim		Não
Componentes Curriculares Complementares	Mínimo de 5% (cinco por cento) ou máximo de 20% (vinte por cento) da carga horária mínima estabelecida pela DCN do curso.	Sim		Não
	Mínimo de 64h ou máximo de 256h (vinte por cento).	Sim		Não
Componentes Curriculares Optativos	O conjunto de componentes optativos deve ter uma carga horária somada pelo menos 150% superior à carga horária mínima a ser cumprida pelo estudante para este tipo de componente.	Sim		Não
Componentes curriculares optativo-livres	Serão contabilizados como carga horária optativa até o limite máximo fixado no Projeto Pedagógico do Curso, não podendo esse limite ser inferior a 64 (sessenta e quatro) horas.	Sim		Não
Bacharelados na modalidade presencial	A soma da carga horária dos estágios e atividades complementares não deverá exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações legais em contrário.	Sim		Não
Carga horária de Extensão	A carga horária de extensão não poderá ultrapassar 25% da carga horária total da disciplina.	Sim		Não

Fonte: NAP – Núcleo de Apoio Pedagógico

4.3. Apresentação

Este item tem a finalidade de apresentar o documento ao público em geral e, em especial, à comunidade acadêmica. Embora haja uma linguagem específica comumente utilizada dentro de uma determinada área do conhecimento, convém que a linguagem do texto do projeto pedagógico seja acessível ao público leigo. Pois é um documento que deverá ser disponibilizado no site do curso ou da universidade, para que qualquer pessoa que tenha interesse, possa consultá-lo. Estudantes do ensino médio que estejam pesquisando cursos e instituições para escolher a sua futura profissão poderão consultar o PPC, por exemplo. Convém que a apresentação, apresente o documento como um todo, explicando como o documento (PPC) está organizado. Também pode mencionar os motivos e o desenrolar do processo que levou a reformulação do PPC, no caso de cursos vigentes, ou uma síntese das etapas operacionais que levaram a criação do curso, no caso de cursos novos.

Obs: Fica a critério dos proponentes realizar a citação de todos os que participaram da elaboração/atualização dos projetos.

5. FUNDAMENTOS

5.1. Fundamentação Legal

Citar toda a fundamentação legal que subsidiou a elaboração do projeto (Leis, Portarias, Pareceres, Resoluções, etc.), do Ministério da Educação, Universidade e dos Conselhos Profissionais.

5.2. Princípios Norteadores

Essa é uma parte muito importante do PPC, pois expressa em que valores científicos, humanos e sociais o curso se assenta e toma como base para o seu desenvolvimento formativo. Princípios são pressupostos que definem as regras pelas quais o curso deve se orientar. No PDI-UFCA estão elencados os princípios institucionais estabelecidos. É oportuno observar tais elementos, a fim de que os princípios do curso estejam alinhados com os da instituição à qual pertence. Não pode faltar, no texto do Projeto Pedagógico, a indicação de que o curso contempla, como princípio, o respeito às diferenças e à diversidade humana. É importante que o curso reforce o combate à discriminação, ao preconceito, a injustiça e os rótulos em relação a todo e qualquer indivíduo. É bom ressaltar que o respeito às singularidades transcende o respeito às deficiências. Recomenda-se apoiar a elaboração desse princípio na Lei Brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015) e em outras referências elencadas no final desse documento.

6. ASPECTOS HISTÓRICOS E JUSTIFICATIVA

6.1. Histórico do Curso

Aqui, é necessário descrever a história do Curso, ressaltando sua criação, as datas marcantes de sua trajetória, à qual unidade está vinculado, descrevê-la sucintamente. É muito importante mencionar a relevância do Curso. Descrever os antecedentes históricos que nortearam o processo de construção e/ou implementação do curso para a instituição. É importante mencionar também se a implantação do Curso foi fruto de pesquisa/processo de avaliação diagnóstica para subsidiar a (re)construção do PPC evidenciando a demanda da região e o mundo do trabalho.

Obs: Mencione a importância do processo de construção do PPC/reformulação, como mecanismo de organização e planejamento do processo educativo.

6.2. Contexto educacional que justifica a criação/continuidade do curso

Neste item, deve-se explicar os motivos que justificam a oferta do curso, ressaltando a relevância social e acadêmica. A importância da área do conhecimento no ensino, pesquisa, extensão e cultura enfatizando o contexto educacional considerando as demandas efetivas de natureza econômica, social, cultural, política e ambiental. É importante mencionar os aspectos locais e regionais com dados socioeconômicos,

socioambientais e culturais da região baseando-se nas características e necessidades mais emergentes da região em que o curso está inserido (apresentar uma breve pesquisa expondo dados quantitativos a respeito da oferta do curso nos contextos nacional, regional e local. O contexto regional refere-se ao estado e o local ao município e regiões vizinhas. Possíveis fontes para a obtenção destes dados é o Censo da Educação Superior, disponibilizado pelo INEP, além de informações constantes no site do IBGE e CNM (Confederação Nacional dos Municípios), IPECE (Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará).

7. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

Nos tópicos a seguir, devem ser explicitadas a ligação entre as ações constantes no PDI e as ações propostas pelo curso as quais devem estar claramente voltadas para a promoção de oportunidades de aprendizagem alinhadas ao perfil do egresso, adotando-se práticas comprovadamente exitosas ou inovadoras para a sua revisão. Desse modo é necessário que seja reforçada a sua articulação com o Projeto Pedagógico do Curso. Para a construção desse texto consulte o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI-UFCA). No site da UFCA: www.ufca.edu.br podem ser encontradas informações relevantes para a construção desse item. É imprescindível a leitura do PDI para a elaboração deste tópico. Este item é avaliado no Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação - IACG, indicador 1.1.

7.1. Política de ensino

Relate quais são as políticas institucionais ligadas ao ensino, constantes no PDI da instituição estão previstas/implantadas, no âmbito do curso.

7.2. Política de pesquisa

Relate quais são as políticas institucionais ligadas a pesquisa constantes no PDI da instituição que estão previstas/implantadas, no âmbito do curso. Informar neste tópico quais ações serão realizadas para promover a articulação da graduação com a pós-graduação. Citamos como sugestão para a realização dessa articulação as seguintes ações: participação dos alunos da graduação em grupos de pesquisa e de iniciação científica; atividades/eventos científicos que contemplem alunos da graduação; utilização da pesquisa como recurso de ensino e o incentivo aos estudantes para investigações científicas.

7.3. Política de extensão

Relate quais são as políticas institucionais ligadas à extensão constantes no PDI da instituição que estão previstas/implantadas, no âmbito do curso. Informar como serão destinados 10% da carga horária total do curso para inserção de atividades de extensão na integralização curricular dos alunos (conforme a Lei 13.005, de 25 de junho de 2015 - Plano Nacional de Educação), descrevendo os limites de carga horária para o aproveitamento e delimitando a carga horária em cada tipo de atividade.

7.4. Política de cultura

Relate quais são as políticas institucionais ligadas à cultura constantes no PDI da instituição que estão previstas/implantadas, no âmbito do curso.

8. PROPÓSITOS DO CURSO E ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

8.1. Objetivos do curso

Parte em que se esclarece que tipo de profissional o curso pretende formar. É muito importante que os objetivos estejam coerentes com os seguintes pontos: perfil profissional do egresso, a estrutura curricular, o contexto educacional, as características locais e regionais e novas práticas emergentes no campo do conhecimento relacionados ao curso. É relevante também observar as DCN'S do curso. Este item é avaliado através do indicador 1.2 do IACG. Sugere-se que os objetivos do curso estejam em consonância com o Planejamento Estratégico da Instituição.

8.2. Perfil profissional do egresso

Exponha as qualificações do profissional que será formado pelo curso, expressando as competências a serem desenvolvidas pelo discente e as articula com necessidade locais e regionais, sendo ampliado em função de novas demandas apresentadas pelo mundo do trabalho. Aqui, é importante que sejam descritas as características do profissional que o curso pretende formar. É essencial que esse perfil esteja coerente com os objetivos do curso. Este tópico deve estar de acordo com as DCN'S propostas para o curso (recomenda-se que não seja uma cópia literal do que está expresso nas diretrizes do curso). No IACG é o indicador 1.3. Sugere-se que os objetivos do curso estejam em consonância com o Planejamento Estratégico da Instituição.

8.3. Competências e habilidades

Descreva quais as competências e habilidades que necessariamente deverão ser desenvolvidas pelos estudantes no seu processo de formação. Este item deve estar coerente com os objetivos do curso e o perfil delineado para o egresso. As Diretrizes Curriculares Nacionais do curso ou documento análogo apontam uma lista de competências e habilidades que devem ser analisadas, incorporando-as, acrescentando outras ou retirando as que não se aplicam.

8.4. Áreas de atuação do futuro profissional e aspectos legislativos da profissão

Listar as áreas em que o futuro profissional poderá atuar. Importante manter coerência com o Histórico do Curso, o perfil do egresso e sua contextualização. Observe também o que mencionam as DCN'S. Além disso, apresente a legislação pertinente à profissão e os campos de atuação profissional do egresso.

8.5. Metodologias de ensino-aprendizagem

Detalhe a metodologia de trabalho a ser adotada para a dinamização dos processos de ensino-aprendizagem. Este item é avaliado pelo indicador 1.6 do IACG. Procurar avaliar o quanto a metodologia de ensino expressa no PPC e implantada no curso apresenta coerência com as DCN'S do curso e com as estratégias e atividades educacionais, incluindo os aspectos referentes ao desenvolvimento de conteúdos, às estratégias de aprendizagem, ao contínuo acompanhamento das atividades, à acessibilidade metodológica e à autonomia do discente, coadunando-se com práticas pedagógicas que estimulem a ação discente em uma relação teoria-prática e é claramente inovadora e embasada em recurso que proporcionam aprendizagens diferenciadas dentro da área. Explícite como as atividades didáticas serão desenvolvidas no curso, valorizando metodologias que não se restrinjam às aulas expositivas, permitindo o desenvolvimento de competências e habilidades delineadas para a formação do estudante.

8.6 Tecnologias de informação e comunicação (TIC) nos processos de ensino-aprendizagem

Relatar de que maneira as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) estão presentes no processo de ensino-aprendizagem, quais são os meios para garantir a acessibilidade, o domínio e a execução das atividades previstas no projeto pedagógico do curso e colaboram para garantir a acessibilidade digital e comunicacional, promovem a interatividade entre docentes, discentes e tutores (no caso do ensino a distância), asseguram o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar e possibilitam experiências exitosas diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso. Item avaliado através do indicador 1.16 do IACG.

8.7. Ensino a distância (EaD)

No IACG indicadores: 1.14, 1.15, 1.17,1.18.

Informar se o curso presencial oferta componentes curriculares a distância, seja parcial ou integralmente, de acordo com os parâmetros da Portaria 1.428, de 28 de dezembro de 2018. Mencionar quais os componentes curriculares veiculados a distância, em quais semestres, se são obrigatórios ou opcionais.

8.7.1 Ambiente virtual de aprendizagem (AVA)

Apresentar a plataforma institucional utilizada para veiculação do ensino a distância no curso, informando o setor responsável por sua manutenção, o endereço na web e quais as ferramentas disponibilizadas (fórum, chat, portfólio etc.). Apresentar também os materiais, recursos e tecnologias apropriadas que permitem desenvolver a cooperação entre tutores, discentes e docentes, a reflexão sobre o conteúdo das disciplinas e a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional e passa por avaliações periódicas devidamente documentada, que resultam em ações de melhoria contínua.

8.7.2 Atividades de tutoria

Informar como os alunos que cursam componentes curriculares vinculados à modalidade de ensino a distância serão acompanhados, orientados e tutorados por seus professores. Descrever como as atividades de tutoria atendem às demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular, compreendendo a mediação pedagógica junto aos discentes, inclusive em momentos presenciais, além de mencionar o domínio do conteúdo, de recursos, e dos materiais didáticos e o acompanhamento dos discentes no processo formativo, e são avaliadas periodicamente por estudantes e equipe pedagógica do curso, embasando ações corretivas e de aperfeiçoamento para o planejamento de atividades futuras.

8.7.3. Material didático

Descrever como o material didático citado no PPC, será disponibilizado aos discentes, elaborado ou validado pela equipe, permite desenvolver a formação definida no projeto pedagógico, considerando sua abrangência, aprofundamento e coerência teórica, sua acessibilidade metodológica e instrumental e a adequação da bibliografia às exigências da formação, e apresenta linguagem inclusiva e acessível, com recursos comprovadamente inovadores.

8.8. Organização curricular

Mencionar de que forma os conteúdos serão organizados/distribuídos (núcleos ou eixos de formação), considerando as recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso. Explicar em que consiste cada núcleo ou eixo e quais conhecimentos fazem parte dele, bem como as respectivas disciplinas. É importante observar e informar, caso seja definido pelas diretrizes, o percentual a ser destinado a cada núcleo ou eixo de conhecimentos. É necessário descrever os demais componentes que fazem parte do currículo, além das disciplinas, ou seja, as atividades complementares, o Trabalho de Conclusão de Curso e o estágio supervisionado. Neste tópico descreva a organização do currículo, suas divisões e propósitos, dando uma visão global do percurso formativo. Do mesmo modo, informar o tipo de organização para a oferta do curso (semestral e/ou modular), a duração padrão em semestres letivos regulares, a carga horária total mínima e se o curso ministrará disciplinas a distância. Neste último caso, informar quanto da carga horária do curso presencial será ofertada a distância e em quais disciplinas e semestres (observar a legislação vigente relativa à carga horária da educação a distância).

A organização do currículo envolve diversos aspectos, tais como os elencados nos subitens abaixo. É muito importante que na definição dos conteúdos dos componentes curriculares selecionados para o curso, nas metodologias de ensino e de aprendizagem e nas formas de acompanhamento e avaliação da aprendizagem estejam presentes elementos evidenciados nos princípios norteadores, nos objetivos do curso e no contexto educacional expostos na apresentação do PPC.

Os aspectos definidos anteriormente configuram-se como marcos referenciais (o que se tem e o que se quer ter). No Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação - IACG (INEP), mais precisamente no Indicador 1.4 (Estrutura Curricular), será avaliado se a estrutura curricular do curso contempla os seguintes aspectos: flexibilidade, interdisciplinaridade, acessibilidade metodológica, compatibilidade da carga horária total (em horas-relógio), articulação da teoria com a prática e, nos casos de cursos a distância, mecanismos de familiarização com essa modalidade. É importante mencionar também que a disciplina de Libras é componente obrigatório para os cursos de Licenciatura e Fonoaudiologia e optativa para os demais cursos (Decreto nº 5.626/2005).

A estrutura curricular deve explicitar claramente a articulação entre os componentes curriculares no percurso de formação e apresentar elementos comprovadamente inovadores.

O texto deve mencionar não apenas esses aspectos, mas contemplá-los de forma clara no Projeto Pedagógico do Curso. Por exemplo, quando mencionar o aspecto da flexibilidade é importante apresentar os pontos da estrutura curricular que justificam essa característica. Ressalte-se que a presença excessiva de componentes curriculares com pré-requisitos e um grande percentual de componentes obrigatórios na carga horária total do curso são elementos que caracterizam um currículo rígido. É imprescindível apresentar elementos que justifiquem a presença de cada um dos itens avaliados no indicador 1.4 do IACG. Dentre esses aspectos, é salutar atentar para a acessibilidade, cujos conteúdos e metodologias de ensino e avaliação precisam contemplar formas que atendam a acessibilidade plena.

a) Conteúdos curriculares

Para a elaboração do texto desse subitem é importante saber que os conteúdos curriculares devem permitir o desenvolvimento das competências e habilidades constantes nas DCN'S do curso ou estabelecidas pelo curso e, conseqüentemente, do perfil do egresso, considerando os aspectos descritos acima e mais os que são pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Não necessariamente deve existir componente curricular específico para cada um desses temas. O ideal é que esses conteúdos possam ser tópicos que estejam presentes e se articulem com os conteúdos dos componentes já existentes, enriquecendo-os e atendendo as exigências legais para o ensino superior. Espera-se que o texto traga uma boa articulação entre o desenvolvimento das competências e habilidades dos discentes e os conteúdos curriculares. Não deve ser uma simples reprodução do texto da lei. Ao apresentar esse item é necessário que o texto do PPC deixe claro que o curso está comprometido e reconhece a importância desses conteúdos para a formação do seu alunado. Outro ponto importante é mostrar que os conteúdos curriculares têm articulação com a pesquisa, a extensão e a cultura. Um currículo que prima por essa articulação deve tratar a dimensão da pesquisa por meio de componentes curriculares que tragam conteúdos voltados para o desenvolvimento do saber científico e para a realização de pesquisas científicas que contemplem em seus conteúdos teorias do conhecimento e métodos e técnicas de pesquisa na área e induzam o contato com o conhecimento recente e inovador. Da mesma forma, deve-se apresentar a articulação com a extensão, sobretudo, em virtude do atendimento à Estratégia 7 da meta 12 do PNE que trata da Curricularização da Extensão, promovendo projetos, eventos e ações de extensão inerentes à área do curso, totalizando, no mínimo, 10% da carga horária total e 25% no máximo em cada disciplina. Igualmente, em alinhamento com a política institucional da UFCA deverão ser previstas ações de cultura. O aspecto "Conteúdos Curriculares" é avaliado pelo indicador 1.5 do IACG. Esse indicador avalia os conteúdos curriculares mediante os seguintes critérios de análise: coerência com as DCN'S, perfil do egresso, atualização da área, adequação das cargas horárias (em horas-relógio), adequação da bibliografia, e acessibilidade metodológica.

b) Integralização curricular

Aqui, deve-se apresentar o quadro da integralização curricular do curso, ou seja, a ordenação dos componentes curriculares obrigatórios por semestre, com a respectiva carga horária (teórica, prática, extensão e EaD), pré-requisitos (somente quando necessários) e as equivalências (quando houver mais de um currículo em andamento no curso). A carga horária destinada à extensão deverá atender ao mínimo de (10%) da carga horária total do curso, de acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014, estratégia 12.7. No entanto, é necessário respeitar ao limite máximo de 25% da carga horária destinada à extensão por disciplina. Ao informar a carga horária, é preciso descrever no ementário a quantidade total de horas por componente curricular, bem como, desse total, quantas horas serão destinadas à parte teórica, à parte prática, à extensão e à EaD, sempre que houver. As equivalências deverão ser feitas entre o currículo novo e o currículo antigo, e vice-versa, para facilitar o fluxo de alunos na fase de transição de currículos. Para todos os cursos de graduação é obrigatória a inclusão da disciplina de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, pois de acordo com o Decreto Federal nº. 5.626 de 22/12/2005 esta disciplina deve constar como disciplina obrigatória para as Licenciaturas e cursos de Fonoaudiologia, e como disciplina optativa para os demais cursos.

Tabela 6 – Exemplo de Estrutura Curricular de um Curso da UFCA

Nº	SEM	COD.	COMPONENTE CURRICULAR	TIPO	CARÁ-TER	PRÉ-REQUISITO	COR-REQUISITO	EQUI-VALÊNCIA	NR. CRED.	CARGA HORÁRIA SEMESTRAL					
										TEOR.	PRÁT.	EAD	EXT	TOTAL	
1	1		Matemática Elementar	Disc.	Obrig				4	4	0	0	0	64	
			Química Biológica						4	3	1	0	0	64	
			Metodologia do Trabalho Científico						4	2	0	2	0	64	
			Produção Textual						4	2	0	2	0	64	
			Biologia Celular e Molecular						4	3	1	0	0	64	
			Física Aplicada às Ciências Biológicas						4	4	0	0	0	64	
	Total do Semestre 1.....									24	18	2	4	0	384
	2	2		Fundamentos de Geologia e Paleontologia						4	3	1	0	0	64
				Genética						4	4	0	0	0	64
				Tecnologias aplicadas às ciências						4	2	0	2	0	64
				História da Educação						4	2	0	2	0	64
				Histologia Animal						4	3	1	0	0	64
			Biofísica						4	4	0	0	0	64	
Total do Semestre 2.....									24	18	2	4	0	384	
2	3		Embriologia Humana e Comparada						4	3	1	0	0	64	
			Biologia Evolutiva						4	4	0	0	0	64	
			Bioquímica Geral						6	5	1	0	0	96	
			Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação						4	4	0	0	0	64	
			Protistas						2	1	1	0	0	32	
		Total do Semestre 3.....									20	17	3	0	0
	4	4		Anatomia Humana						4	3	1	0	0	64
				Zoologia dos Invertebrados I						4	2	2	0	0	64
				Ecologia de indivíduos e Populações						4	3	1	0	0	64
				Psicologia da Aprendizagem						4	4	0	0	0	64
				Libras						4	4	0	0	0	64
			Total do Semestre 4.....									20	16	4	0
3	5		Laboratório Interdisciplinar de Ensino de Ciências I						6	2	0	2	2	96	
			Fisiologia Humana						4	3	1	0	0	64	
			Zoologia dos Invertebrados II						4	2	2	0	0	64	
			Didática Geral						4	4	0	0	0	64	
			Ecologia de Comunidades e Ecossistemas						4	3	1	0	0	64	
			Formação Extensionista						2	1	0	0	1	32	
	Total do Semestre 5.....									24	15	4	2	3	384
	6	6		Laboratório Interdisciplinar de Ensino de Ciências II						6	2	0	2	2	96
				Morfologia e Taxonomia de Criptogramas						4	3	1	0	0	64
				Zoologia dos Vertebrados						4	3	1	0	0	64
				Biotechnology						4	2	0	0	2	64
				Direitos humanos, Educação Afro-brasileira e indígena						6	4	0	0	2	96
			Avaliação, Currículo e Programas escolares						4	4	0	0	0	64	
Total do Semestre 6.....									28	18	2	2	6	448	
4	7		Estrutura, Política e Gestão educacional						4	4	0	0	0	64	
			Instrumentação Para o Ensino de Ciências						5	2	1	0	2	80	
			Morfologia e Taxonomia de Espermatófitos						4	3	1	0	0	64	
			Bioestatística						4	4	0	0	0	64	
			Educação Ambiental						4	1	1	0	2	64	
			Estágio Supervisionado no Ensino de Ciências						9	7	2	0	0	144	
	Total do Semestre 7.....									30	21	5	0	4	480
	8	8		Optativa Livre I						4	4	0	0	0	64
				Instrumentação para o ensino de Biologia						5	2	1	0	2	80
				Microbiologia						4	3	1	0	0	64
				Optativa I						4	4	0	0	0	64

		Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso						2	2	0	0	0	32
		Estágio Supervisionado no Ensino de Biologia						8	2	6	0	0	128
		Total do Semestre 8.....						27	17	8	0	2	432
5	9	Fisiologia Vegetal						4	3	1	0	0	64
		Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso II TCC						4	0	4	0	0	64
		Parasitologia Geral						4	3	1	0	0	64
		Optativa Livre II						4	4	0	0	0	64
		Optativa II						4	4	0	0	0	64
		Estágio Supervisionado no Ensino de Biologia II						8	2	6	0	0	128
	Total do Semestre 9.....						28	16	12	0	0	448	
		Atividades Complementares										200	

TOTAL DO CURSO..... 3.800

TOTAL CRÉD.	CRÉDITOS			
	TEOR.	PRÁT.	EAD	EXT
225	156	42	12	15

TOTAL CRÉD.	CARGA HORÁRIA			
	TEOR.	PRÁT.	EAD	EXT
3.600	2.496	672	192	240

TOTAIS DE CARGAS HORÁRIAS	
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	192
DISCIPLINAS OPTATIVA	192
DISCIPLINAS OPTATIVA-LIVRE	128
TCC	96
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	128
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	448

Elaboração: Antonio Batista. 20/Mar/19

Fonte: NAP – Núcleo de Apoio Pedagógico

Quadro 1 – Exemplo de Resumo – Carga Horária Semestral do Curso

SEM.	NR. CRED.	CARGA HORÁRIA SEMESTRAL E TOTAL				
		TEOR.	PRÁT.	EAD	EXT	TOTAL
1º SEM	25	160	240	0	0	400
2º SEM	28	176	272	0	0	448
3º SEM	30	240	240	0	0	480
4º SEM	30	224	256	0	0	480
5º SEM	29	224	240	0	0	464
6º SEM	31	176	320	0	0	496
7º SEM	26	160	256	0	0	416
8º SEM	28	192	256	0	0	448
9º SEM	16	160	96	0	0	256
10º SEM	46	96	640	0	0	736
TOTAIS.....	289	1.808	2.816	-	-	4.624

Fonte: NAP – Núcleo de Apoio Pedagógico

Tabela 7 – Exemplo de Resumo dos Componentes Curriculares (1)

Núcleo/Atividade	Carga Horária (h)	Percentual
Conteúdos Básicos Específicos	1.648	34,33
Conteúdos Profissionalizantes Específicos	2.288	47,67
Estágio Supervisionado	400	8,33
Trabalho de Conclusão de Curso	80	1,66
Disciplinas optativas e optativas livres	256	5,34
Atividades Complementares	128	2,67
TOTAL.....	4.800	100,00

Fonte: NAP – Núcleo de Apoio Pedagógico

Tabela 8 – Exemplo de Resumo dos Componentes Curriculares (2)

Núcleo / Atividade	Carga horária (h/a)	%
Conteúdos Básicos (Obrigatório)	1.440	35,02
Conteúdos Profissionalizantes (Obrigatório)	1.984	48,25
Projeto de Graduação (Obrigatório)	64	1,56
Estágio Supervisionado (Obrigatório)	160	3,89
Conteúdos Específicos (Optativas)	192	4,67
Conteúdos Complementares (Optativas Livres)	128	3,11
Atividades Complementares	144	3,50
Total Geral do Curso:	4.112	100,00

Fonte: NAP – Núcleo de Apoio Pedagógico

Nota: As planilhas acima (em excel) pode ser solicitada ao NAP/PROGRAD. nucleopedagogico.prograd@ufca.edu.br

8.9. Representação Gráfica de um Perfil em Formação (fluxograma)

A representação gráfica deverá ser apresentada no formato de um fluxograma, que é um diagrama que tem como finalidade representar a dinâmica ou fluxo do curso. Neste fluxograma deverão ser apresentadas informações do curso, que facilitem a identificação das ações que serão executadas, exibindo graficamente a estrutura curricular por semestres, ordenados pelas disciplinas e componentes curriculares com suas respectivas cargas horárias e a carga horária total de cada semestre.

Tabela 9 – Exemplo de Representação Gráfica de um Perfil em Formação (fluxograma)

1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º
Histologia e Embriologia Geral 64h	Experimentação Animal 64h	Bioclimatologia Animal 64h	Parasitologia Veterinária II 64h	Anatomia Patológica Veterinária 96h	Técnica Cirúrgica Veterinária 64h	Clínica Cirúrgica Veterinária 96h	Ginecologia e Obstetrícia Veterinária 96h	Ornitopatologia 48h	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I 80h
Introdução a Bioquímica 64h	Microbiologia Básica 64h	Imunologia Veterinária 96h	Farmacologia Veterinária 96h	Doenças Infecciosas dos Animais Domésticos 96h	Zootecnia I 64h	Teoria Econômica Aplicada 64h	Tecnologia e Inspeção de Produtos de Origem Animal II 96h	Clínica Médica de Equinos 48h	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório II 336h
Anatomia Descritiva Animal 96h	Bioquímica Veterinária 96h	Fisiologia Veterinária I 96h	Toxicologia Veterinária 64h	Doenças Parasitárias dos Animais Domésticos 64h	Epidemiologia e Saúde Pública 96h	Tecnologia e Inspeção de Origem Animal I 96h	Administração Rural 64h	Comportamento e Bem Estar Animal 64h	Trabalho de Conclusão de Curso 80h
Iniciação à Medicina Veterinária 48h	Anatomia Topográfica Animal 96h	Microbiologia Veterinária 96h	Patologia Geral Veterinária 96h	Terapêutica Veterinárias 96h	Clínica Médica de Animais Ruminantes 96h	Zootecnia II 64h	Extensão Rural 64h	Deontologia e Legislação Médica Veterinária 32h	

Estadística Aplicada à Ciência Animal 64h	Informática Agropecuária 64h	Parasitologia Veterinária I 64h	Fisiologia Veterinária II 96h	Semiologia Veterinária 64h	Clinica Médica de Cães e Gatos 64h	Andrologia 48h	Forragicultura e Pastagem 64h	Medicina Legal Veterinária e Perícia Médica Veterinária. 32h	-
Biologia Celular Geral 64h	Histologia e Embriologia Especial 64h	Genética básica 64h	Melhoramento Animal 64h	Anestesiologia Veterinárias 48h	Diagnóstico por Imagem 48h	Biotecnologia da Reprodução 48h	Aspectos Sociais da Agropecuária 64h	Nutrição de Animais Ruminantes 64h	-
-	-	-	-	-	Patologia Clínica Veterinária 64h	Optativa I 64h	-	Nutrição de Animais não Ruminantes 64h	-
						Optativa II 64h		Optativa e Optativa Livre I 64h	
								Optativa e Optativa Livre II 64h	
Atividades Complementares (Atividades Artísticas e Culturais, Bolsas, Congressos, Seminários, Monitorias, Estágios, Participação e Organização de Eventos, Visitas Técnicas): 128 horas									

Fonte: NAP – Núcleo de Apoio Pedagógico

8.10. Ementário e bibliografia

Apresentar a ementa, a bibliografia básica e a bibliografia complementar de cada componente curricular. Na bibliografia básica deve-se listar o mínimo de 3 (três) exemplares de livros por componente curricular (disciplinas, TCC e estágio). Na bibliografia complementar, o mínimo é de 5 (cinco) exemplares. Priorizar a bibliografia existente nas bibliotecas da UFCA, pois facilita o acesso do discente ao material e evita prejuízos na avaliação do curso pelo MEC. No entanto, a bibliografia básica obrigatoriamente deverá constar no acervo do Sistema da Biblioteca da UFCA. Este item deve ser apresentado em formato de tabela e deve conter, além da ementa, os objetivos, o número de créditos, descrição da carga horária (total, teórica, prática, EaD, extensão), pré-requisitos e/ou correquisitos, equivalências, tipo do componente (disciplina ou atividade), caráter do componente (obrigatório ou optativo), semestre de oferta, regime do componente (semestral, anual, modular) e a Unidade Acadêmica Responsável. (ver no manual).

Para clareza no registro do componente curricular e ainda para agilizar a inserção/alteração/exclusão no sistema SIGAA, sugere-se o seguinte formato para o ementário (cada disciplina/atividade), conforme o quadro seguinte. Este deve ser o padrão em todos os PPCs.

Tabela 10 – Exemplo de Ementário e bibliografia

Unidade Acadêmica Responsável: Instituto de Formação de Educadores – IFE			
Código: (Se houver)	Componente Curricular: Laboratório de Práticas Pedagógicas II		¹Tipo: Disciplina
			²Caráter: Obrigatória
³Semestre de Oferta:	⁴Modalidade de Oferta:	⁵Habilitação:	⁶Regime: Semestral
Pré-Requisito: Laboratório de Práticas Pedagógicas I		Correquisito: -	
		Equivalência: -	
Carga Horária			

Número de Créditos: 06	Total: 96 horas	Teórica: 32 horas	Prática: 32 horas	EAD: 32 horas	⁷ Extensão: __ horas
Objetivos: Capacitar o aluno a conhecimento das propostas e metodologias de ensino de ciências e matemática no ensino fundamental utilizando modelagem, atividades lúdicas, textos paradidáticos como ferramenta no processo ensino-aprendizagem.					
Ementa: Construção e validação de sequência de ensino de aprendizagem a partir dos projetos e materiais didáticos desenvolvidos LPPII. Organização e Desenvolvimento de Mostra de Materiais Didáticos para o Ensino de Ciências e Matemática.					
Bibliografia Básica (Sugere-se a inclusão de pelo menos 3 títulos. Priorizar bibliografia existente nas bibliotecas da UFCA, pois facilita o acesso do discente ao material e evita prejuízo na avaliação do curso pelo MEC). BRITO LIMA, A.P.A. Pesquisas em Fenômenos Didáticos - Alguns Cenários. 1ª Ed. Recife: Editora UFPE, 2010 . CAMPOS, M. C. C. et al. Didática das Ciências. 1ª Ed. São Paulo: FTD, 1999 . CAMPOS, M.C.C. Didática das Ciências: o ensino-aprendizagem como investigação. FTD, 1999 .					
Bibliografia Complementar (Sugere-se a inclusão de pelo menos 05 títulos – de acordo com instrumento de avaliação de Curso de Graduação, INEP/agosto-2015 ou legislação posterior). Priorizar a bibliografia existente nas bibliotecas da UFCA, pois facilita o acesso do discente ao material e evita prejuízo na avaliação do curso pelo MEC). NUÑEZ, I. B. et al. Fundamentos do Ensino-Aprendizagem das Ciências Naturais e da matemática: O Novo Ensino Médio. Porto Alegre: Sulinas. 2004 . WEISSMANN, H. Didática das ciências naturais: contribuição e reflexão. Porto Alegre, ARTMED, 1998 . MOREIRA, M.A. et al. Cambio conceptual: análisis crítico y propuesta a la luz de la teoría del aprendizaje significativa. Ciencia e Educação. v. 9, n 2, p. 301-315, 2003. NUNEZ, I. B. et al. La formación de conceptos científicos: una perspectiva desde la teoría de la actividad; Natal: EDUFRRN, 1997 . POZO, J. I. et al. Aprender y enseñar Ciencias. Madrid. Morata. 1998 . VIGGIANI, M. A. (org). Pesquisa em educação matemática: concepções e perspectivas. São Paulo: UNESP, 1999 . CACHAPUZ, A. et al. Necessária renovação do ensino das Ciências. São Paulo: Cortez, 2005 . CACHAPUZ, A. et al. Ciência, educação em ciência e ensino das ciências. Lisboa: Ministério da Educação, 2002 .					

¹Disciplina, Disciplinas Concentradas, Módulo ou Atividades Acadêmicas.

²Preencher com *Obrigatória ou Optativa*.

³Preencher quando obrigatória.

⁴Modalidade de Oferta: presencial ou a distância.

⁵Preencher com a habilitação ou ênfase a que se vincula a disciplina.

⁶Semestral, Anual, Módulo.

⁷Preencher somente quando estiver disponível no SIGAA.

Fonte: NAP – Núcleo de Apoio Pedagógico

Com o objetivo de organização aprimorada do PPC e para fins didáticos, o(a) proponente pode elaborar os quadros abaixo:

Quadro 2 - Exemplo de Distribuição de Conteúdos Básicos Essenciais do Currículo, por Áreas e grupamentos

CONTEÚDOS	ÁREAS	AGRUPAMENTOS	C/ H
Conteúdos Básicos Essenciais	Conhecimento Geral	Medicina Legal Veterinária e Perícia Médica Veterinária	32
		Iniciação à Medicina Veterinária	48
		Informática Agropecuária	64
		Aspectos Sociais da Agropecuária	64
		Estatística Aplicada à Ciência Animal	64
		Experimentação Animal	64
		Deontologia e Legislação Médico Veterinária	32
		- Total	368
	Fisiologia	Introdução à Bioquímica	64
		Bioquímica Veterinária	96
		Fisiologia Veterinária I	96
		Fisiologia Veterinária II	96
		Farmacologia Veterinária	96
		- Total	448
	Morfologia Animal	Biologia Celular Geral	64
		Histologia e Embriologia Geral	64
		Histologia e Embriologia Especial	64
		Anatomia Descritiva Animal	96
		Anatomia Topográfica Animal	96
		- Total	384
		Microbiologia Básica	64

	Organismos Produtores de Doenças	Microbiologia Veterinária	96
		Parasitologia Veterinária I	64
		Parasitologia Veterinária II	64
		Toxicologia Veterinária	64
	- Total	352	
Imunologia Veterinária	Imunologia Veterinária	96	
- Total	96		
TOTAL DO AGRUPAMENTO.....			1.648

Fonte: NAP – Núcleo de Apoio Pedagógico

Quadro 3 - Exemplo de Distribuição de Conteúdos pré-profissionalizantes essenciais do currículo, por áreas e agrupamentos

CONTEÚDOS	ÁREAS	AGRUPAMENTOS	C/ H	
Conteúdos Pré - Profissionalizantes Essenciais	Anatomia Patológica	Patologia Geral Veterinária	96	
		Anatomia Patológica Veterinária	96	
		Ornitopatologia	48	
		- Total	240	
	Propedéutica Clínica	Semiologia Veterinária	64	
		Diagnóstico por Imagem	48	
		- Total	112	
	Técnica Cirúrgica	Anestesiologia Veterinária	48	
		Técnica Cirúrgica Veterinária	64	
		- Total	112	
	Economia, Administração e Extensão	Teoria Econômica Aplicada	64	
		Extensão Rural	64	
		Administração Rural	64	
	- Total	192		
	Alimentação e Nutrição Animal	Forragicultura e Pastagem	64	
		Nutrição de Animais Ruminantes	64	
		Nutrição de Animais Não Ruminantes	48	
		- Total	176	
	Genética/Melhoramento Animal	Genética Básica	64	
		Melhoramento Animal	64	
		- Total	128	
	TOTAL DO AGRUPAMENTO.....			960

Fonte: NAP – Núcleo de Apoio Pedagógico

Quadro 4 - Exemplo de Distribuição de Conteúdos profissionalizantes essenciais, por áreas e agrupamentos

CONTEÚDOS	ÁREAS	AGRUPAMENTOS	C/H	
Conteúdos Profissionalizantes Essenciais	Produção Animal	Zootecnia I	64	
		Zootecnia II	64	
		Comportamento e Bem Estar Animal	64	
		Bioclimatologia Animal	64	
		- Subtotal	256	
	Clínica Veterinária	Médico Cirúrgica	Terapêutica Veterinária	96
			Clínica Médica de Animais Ruminantes	96
			Clínica Médica de Cães e Gatos	64
			Clínica Médica de Equídeos	48
			Clínica Cirúrgica Veterinária	96
			Patologia Clínica Veterinária	64
		- Subtotal	464	
		Reprodução	Ginecologia e Obstetrícia Veterinária	96
			Andrologia	48
			Bioclimatologia da Reprodução	48
	- Subtotal		192	
	-Total das Sub Áreas	656		
	Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Pública	Doenças Infeciosas dos Animais Domésticos	96	
		Doenças Parasitárias dos Animais Domésticos	64	
		Epidemiologia e Saúde Pública	96	
		Tecnologia e Inspeção de Produtos de Origem Animal I	64	
		Tecnologia e Inspeção de Produtos de Origem Animal II	96	
		Total	416	
TOTAL DO AGRUPAMENTO.....			1.328	

Fonte: NAP – Núcleo de Apoio Pedagógico

8.11. Estágio curricular supervisionado

O texto desse subitem deve informar em que consistirá o estágio, qual o seu objetivo dentro do curso. Deve ser descrita a carga horária levando-se em consideração as orientações constantes nas DCNs (DCN'S), em que semestre ou semestres será ofertado, descrever a previsão/existência de convênios, além de mencionar como será a atuação da coordenação e supervisão na universidade e na parte concedente (empresa, instituição, entidade), quais os pré-requisitos os alunos deverão ter cumprido para poder estagiar, quais formas de avaliação, dentre outras informações pertinentes. É importante lembrar que o estágio, como uma das atividades práticas, não deve ser relegado apenas ao final do curso e deve considerar as competências previstas no perfil do egresso e interlocução da IES com os ambientes de estágio, gerando insumos para atualização das práticas de estágio. As diretrizes curriculares ressaltam a necessidade de essas atividades estarem distribuídas ao longo do curso e a importância da sua supervisão. Caso o curso confira dois graus, Bacharelado e Licenciatura, não esquecer de explicitar as especificidades que caracterizam o estágio em cada tipo de formação. Para a elaboração desse tópico, é fundamental atentar para as determinações da Lei nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008. Cabe também informar se o estágio é componente curricular obrigatório e/ou optativo, a depender de como determinam as Diretrizes Curriculares Nacionais. Este tópico é avaliado através do indicador 1.7 do IACG.

a) Estágio Curricular nas Licenciaturas – relação com as redes de escolas da Educação Básica e relação teoria e prática. IACG – indicadores: 1.8 e 1.9.

Descrever através de que ações o estágio curricular supervisionado promoverá a relação com a rede de escolas da Educação Básica e a vivência da realidade escolar de forma integral, além da participação em conselhos de classe/reuniões de professores, etc. Deve estar explícito o acompanhamento pelo docente da IES (orientador) nas atividades de campo, ao longo do semestre ou ano letivo, além do registro acadêmico. Colaborando para o desenvolvimento de práticas inovadoras para a gestão da relação entre IES e a rede de escolas da Educação Básica. Deve ser descrita também a relação entre licenciandos, docentes e supervisores da rede de educação básica. Há necessidade de explicitação da relação teoria/prática, assim discriminando: *articulação entre o currículo do curso e aspectos práticos da Educação Básica, embasamento teórico das atividades planejadas e desenvolvidas no campo da prática, a participação dos licenciandos em atividades de planejamento, desenvolvimento e avaliação realizadas pelos docentes da Educação Básica, a reflexão teórica acerca de situações vivenciadas pelos licenciandos, a criação e divulgação de produtos que articulam e sistematizam a relação teoria e prática, com atividades comprovadamente exitosas ou inovadoras.*

8.12. Atividades práticas de ensino (licenciaturas)

Este componente curricular é exclusivo para os cursos de Formação de Professores. É avaliado através do indicador 1.24 do IACG. Recomendado pela Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015. Os cursos de Licenciatura deverão destinar 400 horas de prática como componente curricular. As orientações do CNE, recomendam que a prática não se restrinja a um espaço isolado, desarticulado do restante do curso, mas que esteja presente desde o início da formação e que permeie todas as etapas do curso, sendo incorporada no interior das áreas ou das disciplinas que constituem os componentes curriculares da formação e não apenas nas disciplinas pedagógicas. O objetivo é que as práticas como componentes curriculares (PCC) promovam a articulação das diferentes práticas ao longo do curso, numa perspectiva interdisciplinar. Neste tópico, recomendamos que seja explicitada a natureza das práticas como componente curricular, sua caracterização, carga horária, forma de organização e distribuição ao longo do curso, com a discriminação clara de qual conjunto de disciplinas corresponderá à prática como componente curricular. Devem estar previstas ou implantadas atividades práticas de ensino conforme as DCN da Educação Básica, da formação de professores e da área de conhecimento da Licenciatura.

8.13. Atividades práticas de ensino para áreas da saúde

Este item é avaliado através do indicador 1.23 do IACG. Informar como se dá a previsão/implantação das atividades práticas de ensino conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais, observado o enfoque de atenção à saúde. Apresentar a regulamentação dessas atividades. A integração ensino – serviço -

comunidade é entendida como trabalho coletivo, pactuado e integrado de discentes e docentes visando à qualidade de atenção à saúde individual e coletiva, a qualidade da formação profissional e ao desenvolvimento e satisfação dos trabalhadores dos serviços. A identificação dos espaços de integração ensino-serviço como cenários privilegiados de prática, no processo de formação dos profissionais de saúde e áreas afins, de educação permanente dos profissionais dos serviços e de processo contínuo de melhoria de qualidade de vida da população local.

8.14. Atividades complementares

As Atividades Complementares de Graduação, a serem desenvolvidas durante o período de formação, constituem um conjunto de estratégias pedagógico-didáticas que permitem, no âmbito do currículo, a articulação entre teoria e prática e a complementação, por parte do estudante, dos saberes e habilidades necessárias à sua formação. É avaliada através do indicador 1.10 do IACG. Este componente curricular foi instituído por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais. Parte do entendimento de que a formação em nível superior não se dá e não se restringe à sala de aula; outras experiências também são promotoras de aprendizagem. Neste tópico, o PPC deve definir, qual a carga horária, quais os tipos de atividades o curso aceitará como complementares, especificar também a existência de mecanismos comprovadamente exitosos ou inovadores na sua regulação, gestão e aproveitamento. O acompanhamento e registro é responsabilidade da Coordenação do Curso. Observar também as orientações do Regulamento dos Cursos de Graduação da UFCA, no que concerne as Atividades Complementares. Recomenda-se que o curso inclua como temas para seminários que contarão como atividades complementares discussões sobre o Projeto Pedagógico do Curso.

8.15. Trabalho de conclusão de curso (TCC)

Neste item, cabe informar qual o objetivo do trabalho de conclusão de curso, se é um componente curricular obrigatório, em que consistirá, que tipos de trabalhos serão aceitos, por exemplo: (monografia, projeto, produto, relatório, etc), qual a carga horária prevista para essa atividade, em que semestre será ofertado e também mencionar: suas formas de apresentação, orientação, coordenação, acompanhamento e avaliação. Além da criação e divulgação de manuais atualizados de apoio à produção dos trabalhos e a disponibilização dos TCC em repositórios institucionais próprios, acessíveis pela internet. Sua avaliação é através do indicador 1.11 do IACG.

9. AÇÕES DE ATENÇÃO AO DISCENTE E ATIVIDADES ENRIQUECEDORAS DA FORMAÇÃO

9.1. Programas de apoio ao discente

Esse aspecto é avaliado pelo indicador 1.12 do IACG e será observado de que maneira as ações de apoio ao discente previstas/implantadas contemplam os programas de apoio psicopedagógico, ações de acolhimento e permanência, de acessibilidade metodológica e instrumental, monitoria, atividades de nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados, e atividades extracurriculares não computadas como atividades complementares. Além de programas de participação em centros acadêmicos e/ou intercâmbios nacionais e internacionais e promove outras ações comprovadamente exitosas ou inovadoras. É importante que o texto referente a esse subitem descreva os programas e ações dessa natureza desenvolvidos pelo curso.

Descrição de ações/projetos/atividades institucionais e de docentes do curso quanto:

- I. Ao apoio estudantil e à preocupação com a promoção da permanência dos alunos e atividades de nivelamento e de formação inicial no curso;
- II. Aos programas e projetos de atendimento pedagógico ao discente;
- III. Aos programas existentes: PIBID, PET;
- IV. A existência de meios de divulgação de trabalhos e produções dos alunos;
- V. As bolsas de estudo previstas para o curso;
- VI. A Participação em intercâmbios e orientação acadêmica;

VII. A atuação da Secretaria Acessibilidade bem como aspectos referentes à infraestrutura, aos recursos didáticos, que busquem o atendimento à acessibilidade;

VIII. A existência da utilização das redes sociais, para comunicação aluno, professor, coordenador, departamento e outros;

IX. A forma e os mecanismos de apoio pedagógico aos alunos existentes no curso, de forma a contemplar os programas de apoio extraclasse, incluindo, além de outros o atendimento psicopedagógico.

9.2. Ações de inclusão

Relate quais são as políticas institucionais ligadas a inclusão, constantes no PDI da instituição, que estão previstas/implantadas no âmbito do curso.

9.3. Ações para o ENADE

Relate quais são as políticas institucionais ligadas ao ENADE, constantes no PDI da instituição, que estão previstas/implantadas no âmbito do curso. Informar neste tópico quais ações serão realizadas para promover ações para o fortalecimento do conceito do ENADE.

9.4. Atividades enriquecedoras da formação discente

Neste tópico, cabe a menção a diversidade de atividades que os alunos de graduação podem desenvolver concomitantemente a frequência às disciplinas, tais como: monitorias, Programa de Educação Tutorial (PET), participação em projetos de pesquisa e extensão, intercâmbio no exterior, mobilidade acadêmica no Brasil, centro acadêmico e empresa júnior, dentre outras existentes. Convém descrever sucintamente cada uma dessas atividades, como os estudantes são selecionados para participar, como efetivamente se dá essa participação (que tipos de ações os estudantes podem desenvolver), quem os supervisiona, como cada atividade pode contribuir para a formação.

10. GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO

10.1. Coordenação e processos de avaliação interna e externa (IACG).

O Coordenador de Curso é um gestor pedagógico que deve ter o compromisso com a melhoria da qualidade do curso, atuando nas dimensões didáticas, pedagógicas, administrativas e políticas, por meio do exercício da liderança democrática, desenvolvendo ações propositivas e proativas. Nessa seção, deve-se colocar informações sobre o coordenador e uma síntese das ações implementadas e propostas para o curso. Além de mencionar como a gestão do curso é realizada considerando a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com evidências da apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica e existência de processos de autoavaliação periódica do curso.

10.2. Colegiado

O Colegiado é uma instância deliberativa do curso sobre assuntos pedagógicos. O texto desse subitem deve mencionar sua composição, atribuições, funcionamento e as ações a serem desenvolvidas para a melhoria do curso.

10.3. Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante é uma instância consultiva do curso sobre assuntos pedagógicos e um apoio à Coordenação sobre os assuntos referentes ao PPC. “O NDE de um curso de graduação é constituído por um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do PPC”, (Resolução nº 1, de 17 de junho de 2010 - CONAES). A atuação do NDE é um critério levado em consideração na avaliação do MEC. O texto desse subitem deve mencionar sua composição, atribuições, funcionamento e as ações a serem desenvolvidas para a melhoria do curso.

10.3.1. Acompanhamento e avaliação do PPC

Nesse item é importante ressaltar como está regulamentada/institucionalizada a participação dos discentes no acompanhamento e na avaliação do PPC. Neste item devem ser descritas as ações que concretizam essa demanda, bem como sua periodicidade. Além de considerar a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas como insumo para aprimoramento contínuo do PPC do curso, com evidências da apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica e existência de processos de autoavaliação periódica do PPC.

10.4. Integração com as redes públicas de ensino – para as Licenciaturas

Nesse subitem devem ser apresentados os convênios existentes no curso e ressaltada sua importância para o desenvolvimento das competências e habilidades dos discentes. Esse aspecto é avaliado no indicador 1.21 (para as Licenciaturas). Os avaliadores verificarão se as ações ou convênios promovem a integração com a rede pública de ensino e permitem o desenvolvimento, a testagem, a execução e a avaliação de estratégias didático-pedagógicas, inclusive com o uso de tecnologias educacionais, sendo as experiências documentadas, abrangentes e consolidadas, com resultados relevantes para os discentes, e para as escolas da rede básica, havendo ações comprovadamente exitosas e inovadoras.

10.5. Integração do curso com o sistema local e regional de saúde/SUS (obrigatório para os cursos da área da saúde que contemplam, nas DCN e/ou no PPC, a integração com o sistema local e regional de saúde/SUS)

Neste item informar como ocorre a integração do curso com o sistema de saúde local e regional e o SUS (formalizada por meio de convênio), considerando as DCN e ou o PPC. Neste item convém descrever como está viabilizada a formação do discente em serviço e como ocorre sua inserção em equipes multidisciplinares, multiprofissionais, considerando os diferentes cenários do Sistema, com nível de crescente complexidade.

11. AÇÕES DE AVALIAÇÃO

11.1. Avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

Esse aspecto é avaliado no indicador 1.19 do IACG e busca verificar o quanto os procedimentos de avaliação previstos/implantados utilizados nos processos de ensino e de aprendizagem atendem à concepção do curso definida no PPC, permitindo o desenvolvimento e a autonomia do discente de forma contínua e efetiva, e resultam em informações sistematizadas aos estudantes, com mecanismos que garantam sua natureza formativa, sendo adotadas ações concretas para a melhoria da aprendizagem em função das avaliações realizadas. Este indicador deve mencionar também a adequação dos instrumentos à metodologia proposta, atendendo à concepção de avaliação definida no PPC. Assim como é importante que os procedimentos metodológicos atendam à diversidade das necessidades dos estudantes, as práticas avaliativas devem ir na mesma direção, ou seja, precisam estar alinhadas à legislação atual acerca da acessibilidade. As formas diferenciadas de avaliar a aprendizagem devem estar detalhadas no PPC. Neste item deve-se referir qual a concepção (somativa ou formativa ou ainda as duas) de avaliação adotada pelo curso. Informar de que forma, a partir de quais instrumentos os alunos serão avaliados, ou seja, os tipos de exames/provas/avaliações (exemplos: provas objetivas; provas discursivas; mistas; teóricas; práticas; relatórios; seminários; projetos; individuais; em grupo;) e a frequência na de sua aplicação. Neste tópico, também convém explicitar, de acordo com o Regulamento da Graduação da Universidade, os critérios (nota e frequência) necessários para aprovação por rendimento escolar, bem como as fórmulas, os procedimentos no caso de o estudante não obter aprovação por média e precisar fazer avaliação final (AF).

11.2. Autoavaliação do curso

Planejar a sistemática e as metodologias de autoavaliação do curso. Pensar em estratégias de mobilização de docentes, discentes e técnico-administrativos para esse processo. Essa autoavaliação pode se valer dos processos avaliativos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), quais sejam:

autoavaliação institucional, Enade, avaliação das condições de oferta do curso com fins de reconhecimento ou renovação de reconhecimento. É avaliação do curso como um todo (projeto pedagógico, infraestrutura e recursos humanos). Vale ressaltar, que o sentido da avaliação dessa natureza é levantar os pontos fortes e fracos do curso, construir um diagnóstico, a partir do qual, o curso poderá planejar ações para sua melhoria. Isso precisa ser realizado, não basta avaliar. A previsão de ações decorrentes dos processos de autoavaliação também deve ser mencionada neste item. Não faz sentido avaliar e não fazer nada com os resultados levantados.

12. ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS (opcional)

12.1. Ações Desenvolvidas para o efetivo acompanhamento dos egressos do curso

Conforme se deduz pela denominação desse item, nesta parte cabe descrever quais as formas de acompanhamento dos egressos do curso efetivadas sejam pela universidade, pela unidade acadêmica ou pelo próprio curso.

13. INFRAESTRUTURA E RECURSOS HUMANOS

13.1. Salas de aula

Informar a quantidade de salas de aula, suas dimensões, número de alunos que comportam, mobiliário, equipamentos disponíveis nas mesmas, ventilação, limpeza, acessibilidade, iluminação e acústica.

13.2. Laboratórios

Descrever quais os laboratórios existentes, as condições gerais de instalação, quantidade de equipamentos, mobiliário, normas de funcionamento, contemplando utilização e segurança, iluminação e ventilação.

13.3. Bibliotecas

Informar quais as bibliotecas disponíveis para acesso dos alunos do curso. Descrever as condições gerais dessas bibliotecas, salas disponíveis para estudo, individuais e em grupo, acervo de livros (presencial e eletrônico), acervo de revistas e site para consulta.

13.4. Corpo docente atuante no curso

Informar o corpo docente do curso. Quais os professores com respectivo regime de trabalho, titulação, experiência de trabalho na área do curso e experiência no magistério.

13.5. Formação continuada dos docentes

Informar neste item quais as atividades e os programas de formação existentes na universidade, dos quais os professores do curso podem participar para obter novas aprendizagens para o aprimoramento da docência universitária.

13.6. Corpo técnico-administrativo atuante no curso

Informar o corpo técnico-administrativo do curso. Quais os técnicos com respectivo regime de trabalho, titulação, experiência de trabalho na área do curso e experiência no cargo/função.

13.7. Formação continuada dos técnicos-administrativos (TAES)

Informar neste item quais as atividades e os programas de formação existentes na universidade, dos quais os técnicos-administrativos do curso podem participar para obter novas aprendizagens para o aprimoramento da sua atuação.

14. PLANEJAMENTO DA TRANSIÇÃO CURRICULAR (para cursos existentes)

14.1. Medidas de acompanhamento da implantação do projeto e da transição com o anterior

Este item deve ser previsto e fazer parte do PPC nos casos de mudança de currículo. Aqui, cabe descrever as estratégias que serão realizadas na fase de transição curricular, na qual o curso terá alunos de dois currículos, o antigo e o novo. Uma das medidas necessárias é verificar e elencar as equivalências possíveis entre as novas disciplinas e demais componentes curriculares e os anteriores. Essas equivalências deverão ser listadas numa tabela aqui colocada, como implementadas nos cadastros dos dois currículos no sistema de gerenciamento acadêmico. Nunca é demais lembrar que a mudança curricular deve ser debatida com os alunos. Os estudantes que estão no currículo antigo deverão fazer a opção de mudar ou não para o currículo novo. Essa decisão deve ser oficializada em documento a ser arquivado no curso e enviada uma cópia para a Pró-Reitoria de Graduação. Outra medida que deve ser planejada pelo corpo docente com a coordenação do curso é a oferta de componentes curriculares dos dois currículos. Por algum tempo, os docentes terão de se desdobrar para dar conta dessa oferta, até que não reste um único aluno do currículo antigo.

15. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Citar apenas as referências mencionadas no corpo do texto do projeto (livros e artigos consultados)

16. APÊNDICES

Formados por material elaborado pelo próprio curso.

17. ANEXOS

Formados por material elaborado pelo próprio curso.

18. ORIENTAÇÕES LEGAIS

Quadro 5 – Legislação e observações à elaboração do PPC

Nº	LEGISLAÇÃO	OBSERVAÇÕES
1	Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso	Não se aplica (NSA) para cursos que não têm Diretrizes Curriculares Nacionais Informações através do portal MEC (Diretrizes Curriculares - Cursos de Graduação: http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12991)
2	Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 Parecer CNE/CP nº 3/2004 Resolução CNE/CP nº 1/2004 (DCN. Relações Étnico (Étnico)-Raciais)	Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena.
3	Parecer CNE/CP nº 8, de 06/03/2012 Resolução CNE/CP nº 1, de 30/05/2012 (DCN. Direitos Humanos)	Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Componente curricular obrigatório para os cursos de Licenciatura . Para os demais cursos a Educação em Direitos Humanos deverá estar presente na formação inicial e continuada de todos os profissionais das diferentes áreas do conhecimento
4	Lei nº 12.764, de 27/12/2012	Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista
5	Resolução CONAES nº 1, de 17/06/2010	Núcleo Docente Estruturante - NDE
6	Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia	3ª edição (2016) NSA aos cursos de bacharelado e licenciatura
7	Resolução CNE/CES nº 02/2007	Tempo de integralização (Bacharelado, presencial)
8	Decreto nº 9.057/2017 Portaria MEC nº 1.428, de 28/12/2018	EaD
9	Lei nº 9.795, de 27/04/1999	Políticas de educação ambiental

	Decreto nº 4.281 de 25/06/2002 Parecer 14/2012 de 6/6/2012 Resolução nº 2, de 15/06/2012 (DCN. Ed. Ambiental)	
10	Resolução CNE nº 2, de 1/07/2015 (Formação inicial em nível superior - cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura - e formação continuada)	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura. NSA para Bacharelados e Tecnólogos
11	Decreto nº. 5.626, de 22/12/2005	Libras. Componente curricular obrigatório para os cursos de formação de professores e Fonoaudiologia e disciplina optativa para os demais cursos
12	Lei nº. 11.788, de 25/09/2008	Dispõe sobre o estágio dos estudantes
13	Lei nº 13.005, de 25/06/2014	Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências

Fonte: NAP – Núcleo de Apoio Pedagógico

GLOSSÁRIO

Acessibilidade

“Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida” (Lei 13.146/2015 – art. 3º, inciso I).

Ambiente virtual de aprendizagem (AVA)

AVA são as iniciais de Ambiente Virtual de Aprendizagem. Por definição, um AVA é um sistema (ou software) que proporciona desenvolvimento e distribuição de conteúdos diversos para cursos online e disciplinas semipresenciais para alunos em geral.

Avaliação de Cursos de Graduação – IACG

Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – Presencial e a Distância, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para a realização das avaliações das Instituições de Educação Superior (IES) e de seus cursos de graduação.

Bacharelado

O bacharelado é uma formação de nível superior que confere grau de bacharel. Com duração média entre 3 e 6 anos, o curso de bacharelado prepara profissionais generalistas com sólidos conhecimentos sobre a base de uma profissão.

Câmara Acadêmica

É um órgão de assessoramento deliberativo especializado, consultivo e normativo, integrante do Conselho Universitário (Consuni) da UFCA.

Censo da Educação Superior

O Censo da Educação Superior, realizado anualmente pelo Inep, é o instrumento de pesquisa sobre as instituições de educação superior (IES) que ofertam cursos de graduação e sequências de formação específica, além de seus alunos e docentes.

Competências

A competência indica aptidão, conhecimento ou capacidade em alguma área específica. A palavra “competência” está associada à qualidade de quem é capaz de apreciar e resolver determinado assunto ou realizar determinada tarefa. ... A competência profissional remete à ideia de capacidade, soma de conhecimentos ou habilidades.

Conselho Universitário

O Conselho Universitário – CONSUNI é o órgão máximo, normativo, deliberativo e consultivo da UFCA, regido por normas Institucionais.

Currículo

Na educação formal, o currículo é a interação planejada dos alunos com o conteúdo instrucional, materiais, recursos e processos para avaliar a consecução dos objetivos educacionais.

Egresso

Adjetivo. Sua origem vem da palavra latina *egressus*, que significa saída ou escape. *Egressus* é o termo *egressus*, que tem como significado partir ou afastar-se.

Ementa

Resumo ou sinopse de determinado tema ou área. Quando se fala em “ementa do curso”, significa a apresentação de um texto que evidencia as principais características deste curso.

Ênfase

Ou linha de formação é uma determinada vocação institucional, que enfoca aspectos teóricos ou práticos e atende aos arranjos produtivos ou sociais locais, não se configurando, no entanto, como habilitações.

Ensino a distância (Ead)

Ou educação a distância é a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

Ensino Presencial

Modalidade na qual o conteúdo do curso é exposto através de aulas em que os alunos e professores estão fisicamente no mesmo local e ao mesmo tempo.

Extensão – Atividades

A extensão, como atividade fim da Universidade, é o processo educativo, cultural e científico que articula, amplia, desenvolve e realimenta o ensino e a pesquisa e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e sociedade.

Fluxograma

Um fluxograma é uma ferramenta para se representar visualmente um processo.

Habilidades

É o saber fazer. É a capacidade do indivíduo de realizar algo, como classificar, montar, calcular, ler, observar e interpretar.

Habilitação

É uma especificação de conteúdo associada a um determinado curso de graduação, destinada a fornecer ao egresso uma qualificação diferenciada, dentro do campo de atuação do respectivo curso.

In loco

É uma expressão em latim, que significa "no lugar" ou "no próprio local" e é equivalente à expressão *in situ*.

Iniciação científica

É uma modalidade de pesquisa acadêmica desenvolvida por alunos de graduação nas universidades brasileiras em diversas áreas do conhecimento. Em geral, os estudantes que se dedicam a esta atividade possuem pouca ou nenhuma experiência em trabalhos ligados à pesquisa científica (daí o caráter de "iniciação") e representam o seu primeiro contato com tal prática.

Interdisciplinaridade

Ela implica na articulação de ações disciplinares que buscam um interesse em comum. Dessa forma, a interdisciplinaridade só será eficaz se for uma maneira eficiente de se atingir metas educacionais previamente estabelecidas e compartilhadas pelos atores da unidade escolar. A interdisciplinaridade oferece uma nova postura diante do conhecimento, uma mudança de atitude em busca do contexto do conhecimento, em busca do ser como pessoa integral. Visa garantir a construção de um conhecimento globalizante, rompendo com os limites das disciplinas.

Lato sensu

As pós-graduações *lato sensu* compreendem programas de especialização e incluem os cursos designados como MBA. Com duração mínima de 360 horas, ao final do curso o aluno obterá certificado e não diploma. Abertos a candidatos diplomados em cursos superiores e que atendam às exigências legais.

Licenciatura

Tem como principal foco formar professores e educadores. Quem se forma em licenciatura obtém o título de licenciado e pode dar aulas em escolas públicas ou particulares, no ensino fundamental ou médio, dependendo da área que escolher e do curso.

Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS

É a sigla de Língua Brasileira de Sinais, um conjunto de formas gestuais utilizada por pessoas com deficiências auditivas para a comunicação entre eles e outras pessoas, sejam elas surdas ou ouvintes.

PDI-UFCA

Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Cariri (PDI UFCA 2020). Documento, elaborado colaborativamente com todos os setores que traça as ações da UFCA de 2016 a 2020.

PET

Programa de Educação Tutorial. O PET é desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente, organizados a partir de formações em nível de graduação na UFCA orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da educação tutorial.

PIBID

Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. Ação da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação (MEC) que visa proporcionar aos discentes na primeira metade do curso de licenciatura uma aproximação prática com o cotidiano das escolas públicas de educação básica e com o contexto em que elas estão inseridas.

Política de cultura

Conjunto de iniciativas e medidas de apoio institucional sistemático desenvolvido pela administração pública ou instituições civis, grupos comunitários e empresas privadas na perspectiva de orientar o reconhecimento, a proteção e o estímulo ao desenvolvimento simbólico material e imaterial determinada sociedade ou grupo social.

Projeto Político Pedagógico

Ou PPP, é um documento fundamental para o planejamento e o acompanhamento das atividades de uma instituição de ensino.

Stricto sensu

As pós-graduações stricto sensu compreendem programas de mestrado e doutorado abertos a candidatos diplomados em cursos superiores de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino e ao edital de seleção dos alunos (Art. 44, III, Lei nº 9.394/1996). Ao final do curso o aluno obterá diploma.

Tecnologias de informação e comunicação (TIC)

Conjunto de recursos tecnológicos, utilizados de forma integrada, com um objetivo comum.

Tecnólogo

É o profissional formado em curso superior de tecnologia, voltados para a formação especializada e, conseqüentemente, para o mercado de trabalho.

Tutoria

Mediação do ensino realizada por tutores. Profissionais da educação com formação na área do curso e qualificados que deverão descrever as atividades realizadas a distância, explicitando a forma de integralização da carga horária destinada às atividades on-line. Método que promove a interação entre o tutor e o estudante impulsionando e estimulando para que o aprendizado seja desenvolvido de maneira eficaz.

Unidade Acadêmica

São órgãos integrantes da Administração Acadêmica da UFCA. Às Unidades Acadêmicas (UA's), organizadas por área de conhecimento, compete desenvolver as atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura, administrando-as de modo autônomo sob a supervisão geral da Reitoria e de acordo com as diretrizes emanadas do Conselho Universitário.

ESTRUTURAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO - PPC

1. CAPA

2. FOLHA DE ROSTO

3. SUMÁRIO

4. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DO CURSO

4.1. Identificação da Instituição - contextualização da IES

4.2. Identificação do Curso

4.3. Apresentação

5. FUNDAMENTOS

5.1. Fundamentação Legal

5.2. Princípios Norteadores

6. ASPECTOS HISTÓRICOS E JUSTIFICATIVA

6.1. Histórico do Curso

6.2. Contexto educacional que justifica a criação/continuidade do curso

7. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

7.1. Política de ensino

7.2. Política de pesquisa

7.3. Política de extensão

7.4. Política de cultura

8. PROPÓSITOS DO CURSO E ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

8.1. Objetivos do curso

8.2. Perfil profissional do egresso

8.3. Competências e habilidades

8.4. Áreas de atuação do futuro profissional e aspectos legislativos da profissão

8.5. Metodologias de ensino-aprendizagem

8.6. Tecnologias de informação e comunicação (TIC) nos processos de ensino-aprendizagem

8.7. Ensino a distância (EaD)

8.7.1 Ambiente virtual de aprendizagem (AVA)

8.7.2 Atividades de tutoria

8.7.3. Material didático

8.8. Organização curricular

8.9. Representação Gráfica de um Perfil em Formação (fluxograma)

8.10. Ementário e bibliografia

8.11. Estágio curricular supervisionado

8.12. Atividades práticas de ensino (licenciaturas)

8.13. Atividades práticas de ensino para áreas da saúde

8.14. Atividades complementares

8.15. Trabalho de conclusão de curso (TCC)

9. AÇÕES DE ATENÇÃO AO DISCENTE E ATIVIDADES ENRIQUECEDORAS DA FORMAÇÃO

- 9.1. Programas de apoio ao discente
- 9.2. Ações de inclusão
- 9.3. Ações para o ENADE
- 9.4. Atividades enriquecedoras da formação discente
- 10. GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO**
 - 10.1. Coordenação e processos de avaliação interna e externa (IACG)
 - 10.2. Colegiado
 - 10.3. Núcleo Docente Estruturante (NDE)
 - 10.3.1. Acompanhamento e avaliação do PPC
 - 10.4. Integração com as redes públicas de ensino – para as Licenciaturas
 - 10.5. Integração do curso com o sistema local e regional de saúde/SUS (obrigatório para os cursos da área da saúde que contemplam, nas DCN e/ou no PPC, a integração com o sistema local e regional de saúde/SUS)
- 11. AÇÕES DE AVALIAÇÃO**
 - 11.1. Avaliação dos processos de ensino-aprendizagem
 - 11.2. Autoavaliação do curso
- 12. ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS (opcional)**
 - 12.1. Ações Desenvolvidas para o efetivo acompanhamento dos egressos do curso
- 13. INFRAESTRUTURA E RECURSOS HUMANOS**
 - 13.1. Salas de aula
 - 13.2. Laboratórios
 - 13.3. Bibliotecas
 - 13.4. Corpo docente atuante no curso
 - 13.5. Formação continuada dos docentes
 - 13.6. Corpo técnico-administrativo atuante no curso
 - 13.7. Formação continuada dos técnicos-administrativos (TAES)
- 14. PLANEJAMENTO DA TRANSIÇÃO CURRICULAR (para cursos existentes)**
- 15. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**
- 16. APÊNDICES**
- 17. ANEXOS**
- 18. ORIENTAÇÕES LEGAIS**